DIÁRIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

APRESENTAÇÃO DE CLÓVIS MOURA

EDITORA ALFA-OMEGA

BIBLIOTECA ALFA-OMEGA DE CULTURA UNIVERSAL
Série 1.ª — Volume 10

Esta América

Direção
Fernando Mangarielo

Conselho Orientador

Luiz Pinto Ferreira
Reginaldo Xavier Carneiro Pessoa
Geraldina Porto Witter
Nagib Lima Feres
Duglas Teixeira Monteiro (†)
Paulo Sergio Pinheiro
João Manoel C. de Mello
José Sebastião Witter
Maria de Lourdes Janotti
Geraldo Galvão Ferraz

Diário da Guerrilha do Araguaia

Apresentação
Clóvis Moura

EDITORA ALFA-OMEGA
São Paulo
1979

Capa
Vera Autenburg

Ilustração da capa:
"Araguaia", óleo de Jorge Brandão

Direitos reservados
EDITORA ALFA-OMEGA LTDA.
05413 — Rua Lisboa, 502 — Tel.: 853-4489
01000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

NOTA DA EDITORA

Quando a Editora Alfa-Omega lançou o primeiro volume de sua série "História imediata", com a reportagem A guerrilha do Araguaia, *a resposta do público leitor foi surpreendente, mesmo para quem já esperava que o lançamento fosse, forçosamente, um grande sucesso editorial. Com um mínimo de promoção publicitária, o livro quase que esgotou uma edição de 25 mil exemplares em uma única semana de venda em bancas de jornais. A mesma receptividade alcançaria, algumas semanas depois, a série de reportagens do jornalista Fernando Portela, publicada pelo* Jornal da Tarde *(SP), sobre o movimento dos guerrilheiros que atuaram na região de Xambioá-Marabá, nas selvas do Araguaia, entre os anos de 1972 e 1974.*

Na verdade, o assunto vem despertando a atenção de um número cada vez maior de pessoas, a cada dia que passa e a cada nova informação que surge — agora que os espectros da censura e da repressão policial-militar parecem perder as suas cores mais vivas. E como era de se esperar, no recente clima de "abertura e conciliação política" que vivemos hoje no Brasil, aqueles fragmentos de nossa História que foram suprimidos do conhecimento público através das eficientes tesouradas

dos alfaiates da segurança nacional tendem a emergir e a alimentar com força o debate público.

Um desses fragmentos é O diário da guerrilha do Araguaia, *um documento oficial elaborado pela direção das Forças Guerrilheiras do Araguaia, que traz um balanço do movimento como um todo, na voz dos que dele participaram, desde o momento em que os primeiros guerrilheiros foram morar na região, até a retirada final, após a terceira ofensiva das Forças Armadas contra os guerrilheiros, quando o movimento foi sufocado. E a intenção da Alfa-Omega ao publicá-lo, juntamente com o programa dos 27 pontos da ULDP — União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo, a organização que dirigia politicamente o movimento guerrilheiro — e o regulamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia*[1] *é, justamente, oferecer aos que participam do debate de opinião pública que se trava atualmente sobre o assunto, um depoimento inédito e completo da guerrilha, partido do próprio centro da organização guerrilheira.*

Foi por isso que, quando o sociólogo Clóvis Moura ofereceu o documento para que a Alfa-Omega o publicasse, não houve um minuto de hesitação — a importância política e militar das guerrilhas do sul do Pará, o interesse que o tema vem despertando na opinião pública, a necessidade de registro desse pedaço de História do Brasil ainda nebuloso foram considerados motivos suficientes e mais que determinantes da sua publicação. Imediatamente, pediu-se ao próprio Clóvis Moura que preparasse uma apresentação ao texto, anexou-se os outros documentos não inéditos que complementam o diário propriamente dito, para que o livro pudesse chegar a público o mais rápido possível.

(1) Textos publicados anteriormente em História Imediata, vol. 1. — *A guerrilha do Araguaia* — Editora Alfa-Omega, 1979.

"A guerrilha do Araguaia — diz ele em sua apresentação —, que ficou durante tanto tempo como uma das áreas proibidas *da nossa história atual, não pode mais ser negada. Cabe, portanto, a todos aqueles que vêem na História um instrumento ativo de transformação social, procurar interpretá-la, situá-la social e historicamente, para que a sua experiência possa servir dinamicamente àqueles que estão fazendo política no Brasil". É para que se possa melhor interpretar e situar a experiência dos guerrilheiros do Araguaia que se publica* O diário da guerrilha do Araguaia, *um documento que é "material de estudo e análise para homens de todas as tendências políticas e filosóficas que não queiram ficar atrasados em relação à vida".*

Vale, finalmente, alertar que "a estrutura da formação da guerrilha, as operações que contra ela foram organizadas, o pensamento e a ação dos guerrilheiros" são, aqui, narradas do ponto de vista daqueles que efetivamente fizeram o movimento, do seu início até o fim. Trata-se, portanto, de um depoimento que brota da ideologia dos que estiveram na guerrilha e que "sentiram suas conseqüências". Entretanto, ainda nas palavras de Clóvis Moura, "seu tom apaixonado não desfigura o seu valor como documento histórico", mas "traz para a História dos nossos dias a dimensão da paixão política, tão importante para o conhecimento".

fevereiro de 1979

APRESENTAÇÃO DE UM DOCUMENTO

Em certos momentos históricos, os seus agentes somente são conhecidos muito tempo depois de passada a ação. Há uma disritmia entre a informação dos seus atos, a opinião pública e a compreensão histórica. No entanto, há momentos em que esse *silêncio histórico* se rompe, quebra-se o monopólio do discurso oficial sobre determinado acontecimento. E a opinião pública passa a discutir o comportamento de pessoas, grupos e instituições, julgando-as ou simplesmente analisando-as de acordo com os fatos revelados. Esta conexão rápida entre o acontecimento, a sua análise pela opinião pública e uma possível interpretação histórica decorre, segundo pensamos, do fato de que hoje a História é antes de tudo política. Desta forma, os acontecimentos passam a ser vistos não apenas de maneira fria, de laboratório ou gabinete, mas no contexto apaixonante das transformações sociais. O homens, os grupos, as classes e os partidos se articulam em ações convergentes ou divergentes, mas todas espelhando a sua situação de agente histórico consciente.

Sempre há, na História, aqueles que, por várias razões, não aceitam o *status quo*. Postulam medidas de mudança social a fim de que ela não pare. Não vamos

entrar aqui no mérito de saber se todas as ações desse tipo são certas no seu sentido pragmático, mas o que temos de levar em conta é o seu potencial de dinamismo: sem eles a História ficaria estagnada.

No Brasil esses movimentos são uma constante. Desde os quilombos, passando-se pelas guerrilhas contra os holandeses, a Inconfidência Mineira, Inconfidência Baiana, Confederação do Equador, Cabanagem, Balaiada, Canudos, Contestado, Caldeirão, Muckers e tantos outros, o dinamismo dos inconformados deu conteúdo à nossa História. Esses movimentos atestam: ela sempre se movimentou através de fatos que surgem das camadas oprimidas e que desejam mudança social. Em contrapartida, as estruturas dominantes sempre os combateram.

A História do Brasil — no seu lado heróico — é uma série de movimentos abortados e de líderes condenados pelas estruturas de poder do momento. Somente muito tempo depois é que passam de vilões a heróis.

Atualmente, porém, o julgamento ou, pelo menos, a análise e a reflexão históricas vêm muito mais rapidamente. Tiradentes só foi reabilitado após a proclamação da República, pois praticara um crime contra o sistema monárquico, embora a nossa Independência (seu objetivo) já tivesse sido proclamada. Agora, não. Mesmo com todos os elementos de controle autoritário, os fatos explodem e extrapolam para a opinião pública e a análise histórica, pondo em plano de debate o que fora omitido.

Tudo isto é elemento de reflexão no momento em que estamos apresentando um documento redigido pelos participantes e dirigentes do movimento conhecido como "Guerrilha do Araguaia", movimento cujo conhecimento da existência produziu e está produzindo

um impacto muito grande na opinião pública nacional. Apesar de todos os mecanismos governamentais terem funcionado para que nada se divulgasse, já temos, até o momento, alguns depoimentos que o situam como fato histórico incontestável, cuja influência política naquela área ainda é cedo para se analisar.

Este documento, cuja autenticidade não pode ser contestada — chegou às nossas mãos através de um dirigente do PC do B posteriormente morto —, deve ser conhecido por todos aqueles que estudam a nossa História. Ele impressiona pelos detalhes fornecidos, por fatos e pormenores, dados da região, hábitos e costumes dos seus habitantes e de personagens que participaram da guerrilha.

Seu texto é válido como documento. Feito, conforme já dissemos, por aqueles que viveram ou sentiram a Guerrilha do Araguaia, tem valor documental e dramático para se entender as razões, os motivos que os levaram àquele tipo de ação. Podemos dizer que é um documento de *observação participante*. Por causa disso vemos de um lado a abundância de detalhes, a parte cotidiana da guerrilha, o seu nascimento, formas de luta adotadas, e, de outro, observamos o seu estilo literário que não diremos nervoso, mas apaixonado, vibrante, algumas vezes até com imagens surpreendentes. A estrutura da formação da guerrilha, as operações que contra ela foram organizadas o leitor encontrará detalhadamente, narradas do ponto de vista dos guerrilheiros. Convém insistir: através do seu texto nós vemos o pensamento e a ação a partir da ideologia dos que fizeram a guerrilha, o que eles pensavam da luta, das populações da região e das forças inimigas. Este detalhe é que nos parece importante. De certo modo, já tivemos depoimentos de elementos do Exército que os combateram e de profissionais da imprensa

que os analisaram. Agora, não. O depoimento é feito por aqueles que sentiram as suas conseqüências. É um depoimento de *dentro da guerrilha.*

Não temos elementos de análise histórica, política ou sociológica para dizer se o movimento foi certo ou errado, mesmo porque um julgamento nesta altura dos acontecimentos não se justificaria. Cabe ver, no entanto, o que ele significou para as populações do Araguaia, para que elas passassem a se ver mais como seres humanos do que como objetos, peças dos interesses econômicos dos senhores da região; como objetos de um tipo de economia (e aqui me parece que todos estão de acordo) inteiramente superado e irracional.

A oportunidade da sua divulgação, portanto, é mais do que justificável. Estamos, agora, num momento de reencontro com a memória nacional, por alguns anos bloqueada e impedida de circular e ser analisada. Não é por acaso que fatos como a Guerrilha do Araguaia e outros estão se transformando em objeto de estudo e análise, criando-se já um filão bibliográfico neles inspirado.

Os estudiosos da nossa História tiveram de aceitar, nos últimos tempos, o filtro oficial como fonte da verdade e este negava a existência do movimento do Araguaia. Agora, quando não se pode mais negá-lo, no momento em que, de várias formas, os seus contornos estão sendo delineados, não há mais possibilidades de se omitir este documento ao conhecimento público. Evidentemente que foi redigido por militantes engajados nas guerrilhas e seus dirigentes. É como um diário dos guerrilheiros até a ordem de dispersão. Seu tom apaixonado não desfigura o seu valor como documento histórico. Pelo contrário. Redigido por uma vanguarda política, por homens que se encontravam unidos por uma ideologia revolucionária, o documento traz para

a História dos nossos dias a dimensão da paixão política, tão importante para o conhecimento. A História de gabinete, fria e anódina está sendo substituída por uma outra na qual os seus próprios agentes coletivos são os narradores. Aceitar esta condição para se compreender a História contemporânea é fundamental. Como já disse José Honório Rodrigues, "a História não é dos mortos, mas dos vivos, como uma realidade presente, obrigatória para a consciência. Por isso ela não é estranha à vida. Mas, infelizmente, a história pela história, indiferente aos impulsos e estímulos da vida, acumulação morta de materiais, quando não coleção factual de nomes e datas, tem dominado o escrito histórico e o conduziu a uma crise. Esta crise se originou da excessiva especialização nos aspectos particulares e singulares, do domínio da minúcia, da falta de conseqüências para a compreensão do presente, da desatenção aos interesses e necessidades atuais".[1]

É justamente esta História viva e atuante que está, no momento, interessando a camadas cada vez mais vastas da opinião pública. Essas camadas objetivam, com isto, obter consciência histórica e social, sem o que não é possível *praxis* política.

A Guerrilha do Araguaia, que ficou durante tanto tempo como uma das *áreas proibidas* da nossa história atual, não pode mais ser negada. Cabe, portanto, a todos aqueles que vêem na História um instrumento ativo de transformação social procurar interpretá-la, situá-la social e historicamente para que a sua experiência possa servir dinamicamente àqueles que estão fazendo política no Brasil.

Osvaldo, Sônia e os demais combatentes que morreram no Araguaia, por mais que se queira negar,

[1] José Honório Rodrigues: *História e historiadores do Brasil,* São Paulo, 1965, p. 13.

quaisquer que sejam as divergências ideológicas que se tenha em relação a eles, já são personagens históricas. São personagens que — sem entrarmos no julgamento dos seus atos — expressaram, em determinado momento, os anseios de uma grande população oprimida, esmagada por um tipo de sociedade desumana e superada. Daí porque tudo o que for possível se trazer a público para se poder melhor descrever e conhecer essas lutas são documentos para a posteridade, mas, igualmente, para os dias de hoje. É material de análise e meditação para todos os homens que pensam politicamente no Brasil.

Somente como luta armada, o movimento durou de 1972 a 1974, embora as atividades preparatórias como a permanência dos futuros guerrilheiros na região tivessem levado ainda mais tempo. Por outro lado, segundo já foi divulgado pela imprensa e o documento confirma, o contingente das Forças Armadas mobilizado para exterminar a guerrilha bem demonstra a sua importância política e militar.

Por isso o documento é material de estudo e análise para homens de todas as tendências políticas e filosóficas que não queiram ficar atrasados em relação à vida. Um documento para a História.

CLÓVIS MOURA

Neste folheto conta-se a história resumida de um período da luta guerrilheira do Araguaia, desconhecida ainda da maioria da nação. Narra-se ao mesmo tempo a ação tenebrosa das Forças Armadas em missão repressiva no sul do Pará. Duas condutas, dois propósitos. Amor à liberdade e consciência dos direitos do povo, de uma parte; aversão à democracia e ódio às massas populares, de outra. Breve roteiro, retrata de longe o heroísmo e o significado da resistência armada aos desmandos da ditadura — acontecimento destinado a ocupar lugar de destaque entre os feitos gloriosos de que se orgulham os brasileiros.

Da epopéia do Araguaia participam elementos procedentes de diversos Estados.

Na quadra difícil por que passa a vida nacional, depois do golpe de abril de 1964, inúmeras pessoas de grandes centros urbanos procuram se transferir para o interior. Fazem-no por motivos distintos. Umas, devido a perseguições políticas; outras, ansiosas de mudar o gênero de suas atividades; algumas tentando

empreendimentos lucrativos; muitas por pioneirismo, brasilidade e espírito revolucionário. Precisamente o sul do Pará, em tal ocasião, atraía multidões de forasteiros. Era uma frente em expansão, procurada por camponeses sem terra e por gente que se dedica ao extrativismo e ao comércio, notadamente maranhenses, piauienses, cearenses, goianos, capixabas e mineiros.

Comecemos, pois, falando daqueles elementos, diferentes tipos humanos, cujas iniciativas, experiências e aventuras se tornaram parte integrante da grande jornada revolucionária. Assim se dá também ligeira noção do território, dos problemas existentes, das iniqüidades, de como vive, sofre e trabalha o povo.

No dia de Natal, 25 de dezembro de 1967, um "motor" corta as águas tranqüilas do Araguaia que, nessa época do ano, é majestoso, muito largo e límpido, sobrevoado por ciganas e gaivotas. O barco aproxima-se da margem esquerda, encosta num lugar denominado Faveira. Dele desembarcam três pessoas: um homem de seus cinqüenta e poucos anos, Mário; uma mulher também idosa, dona Maria; e um jovem de feições modestas e olhos brilhantes, Joca. Vão viver aqui, num sítio onde há muitas mangueiras e uma casinha de telha carcomida pelo tempo.

Semanas, meses após o Natal, novos moradores vão chegando a Faveira. José Carlos, de vinte e dois anos; Alice, que cursou a Escola de Enfermagem Ana Nery. Beto e Luis, este ex-estudante de arquitetura, aquele, engenheiro eletrônico. Sempre viveram nas cidades. Tudo é novidade para eles. Só não é novo o desejo ardente de servir o povo, de se integrar com a população pobre do interior. Aspiram a conhecer a geografia, a fauna, sobretudo a selva misteriosa da Amazônia. A região aparece-lhes como se fora uma universidade diferente, em cujo *campus* se conhece melhor o outro Brasil, de mais de cinqüenta milhões de habitantes.

De início, neste longínquo lugar, organizam um pequeno comércio. Compram e vendem. Compram o que os moradores produzem. Vendem aquilo que eles mais prementemente precisam. Comércio sem pretensão. A margem de lucro, escassa, assegura tão-somente a continuidade do negócio. Os lavradores não têm dinheiro. Tudo se realiza à base da troca. Trazem um saquinho de pano com amostras de coco-babaçu, ovos, uma franguinha. Mais tarde, arroz, fumo, castanha-do-pará, milho, mandioca, farinha. Procuram saber o quanto dá o pouco que trouxeram. Então fazem as compras: sabão, açúcar, sal, café, querosene, remédio — em quantidades diminutas. No local também se atendem necessitados de socorro médico. Fazem-se curativos, salvam-se vidas da gente pobre que não tem assistência de qualquer espécie.

Mais acima, em Araguatins, vive um negro simpático, alto, de quase dois metros, conhecido por Osvaldo. Osvaldo Orlando da Costa que tem curso da Escola Técnica Nacional e do CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva). Está na região desde 1966. Realizou também inúmeras caçadas nas matas paraenses. Meses seguidos, com outros caçadores, embrenhou-se na selva atrás de onças, gatos-maracajás, caititus. Ou melhor, do couro precioso desses animais. Todos gostam dele. É simples, comunicativo, sempre pronto a ajudar quem quer que seja. Certa vez — contam as pessoas do lugar —, passava por um barraco pobre, num "centro" distante. Parou para beber água. A dona do casebre lhe falou agoniada sobre a filha pequena que estava morrendo. Ela não tinha recursos. Se tivesse um dinheirinho salvaria a criança.

"A única coisa que tenho é esse cachorro. Não quer comprar?"

Osvaldo meteu a mão no bolso. Todo o dinheiro que possuía entregou à mulher.

"Bem, o cachorro é meu, mas a senhora fica tomando conta dele..."

Em 1970, Osvaldo vai residir às margens do Gameleira, afluente do Araguaia que deságua à altura da cachoeira de Santa Isabel, juntamente com dois amigos: Cid, um homem de quase sessenta anos, e Zeca, mecânico de profissão. Depois vêm Glênio, estudante pobre, e Sueli, uma jovem professora de origem japonesa. O local é uma capoeira antiga. Não tem nada. Os chegantes precisam fazer tudo, desde o barraco para morar. Pela redondeza não há muita gente. O comércio mais próximo dista umas duas léguas. Meio de vida: roça e caça. Eles pretendem, entretanto, desbravar o terreno contíguo e organizar uma boa plantação. Todos mostram grande vontade de aprender com a massa pobre do lugar. Um dia (Osvaldo havia viajado), um morador vizinho, Darci, parou no barraco para conversar. Glênio, ingenuamente, perguntou-lhe se não havia inhame onde ele morava.

"Inhame? Mas aqui adiante de sua casa tem, de plantação antiga."

E foi com Glênio indicar o lugar. Ali, pacientemente, explicou primeiro a maneira de se conhecer a planta. Depois ajoelhou-se e começou a escavar habilidosamente a raiz.

"É assim que se tira", dizia. "Não se pode fazer de outra forma, senão se fere o inhame e se perde uma boa parte."

Era a primeira aula, prática, que os novos moradores recebiam. Aula de quem conhece a profissão, e ensina de bom grado.

A uns vinte quilômetros além de São Geraldo, defronte de Aruanã (Goiás), mora Paulo Rodrigues, gaúcho calmo e sério, de trinta e três anos. Acompanha-o um operário, Daniel Calado, conhecido por Doca. Durante muito tempo os dois trabalharam num comércio *sui-generis*. Subiam e desciam o Araguaia, em pequeno barco a motor — o *Carajá* — vendendo roupa, utensílios de pesca, miudezas domésticas. O barco era a sua casa. Conheciam bem a região ribeirinha, desde Conceição do Araguaia até Luiz Alves, muito adiante de São Félix. Agora, acomodam-se à margem esquerda do grande rio, perto de Caiano. Derrubam, plantam. Começam a organizar uma fazendola.

Chegam outros amigos: Pedro, espírito empreendedor; Ari, ex-estudante; sua companheira Áurea, anos antes, campeã brasileira de natação. Vêm, mais tarde, Dina e seu marido Antônio, ambos geólogos, inscritos como cientistas no Ministério das Minas e Energia.

Nesses confins surge a primeira escola. Construída pelos moradores, graças ao empenho de Paulo Rodrigues. Áurea torna-se a professora. No fim do ano, quarenta crianças haviam aprendido a ler. Ao encerrar-se o curso, houve festa. E choro. E gratidão dos pais e moradores à professorinha dedicada que recebia macaxeira, frutas, caça, batata-doce em pagamento às aulas ministradas.

Na mesma fazendola de Paulo Rodrigues passa a viver João Carlos Haas Sobrinho, médico formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem vinte e oito anos. Em 1967, fora para o interior do Maranhão. Residiu uns vinte meses na cidade de Porto Franco, margem direita do Tocantins. Aí não havia médico. Nem na cidade fronteira, do outro lado do

rio, Tocantinópolis, bem maior que aquela. João Carlos abriu uma clínica que se transformou num pequeno hospital. Atendia sem descanso todos que o procuravam. Em pouco tempo, sua fama de médico e de homem bom corria a região. Era estimadíssimo. Mas teve que deixar o lugar. Seu retrato aparecera nos jornais de vários Estados com a legenda de subversivo, procurado pela polícia política. Quando anunciou seu propósito de sair, houve grande mobilização popular. Veio gente de todo o canto pedir-lhe que ficasse. Ele não podia atender o pedido nem explicar os motivos de sua partida. Desculpou-se como pôde. Transferiu-se para a fazendola de seu amigo e conterrâneo, no rio Caiano. Ali chamava-se simplesmente Juca e se dizia enfermeiro. Apesar de evitar fazer algo que pudesse identificá-lo, vez por outra ultrapassava os limites. Uma tarde de domingo é chamado às pressas. Uma jovem do lugar sofria terrivelmente há vários dias com as dores do parto e não conseguia ter o filho. Juca examinou-a. Constatou a impossibilidade do parto normal. Para salvá-la era preciso fazer cesariana e ele não tinha instrumentos para isso. Nem podia abrir o jogo. Falou com a família da parturiente.

"Ela vai morrer, não pode ter a criança. Se vocês concordam vou tentar o impossível. E mesmo que me saia bem ainda há o perigo de infecção puerperal".

Nesta altura já se havia esquecido que não devia deixar transparecer suas aptidões. Mais forte que a vigilância revelara-se a alma do médico. Queria salvar a jovem. E a salvou.

Pouco a pouco, chegam outros rapazes e moças, de distintas origens sociais: operários, camponeses, estudantes, profissionais liberais. Cada qual por razões diferentes. Vários deles conheciam a violência desbragada nas cidades, a cara monstruosa e verde-oliva do

fascismo. Para Faveira e São Domingos das Latas vêm Elenira, antiga dirigente da UNE que se tornou conhecida por Fátima; Sônia, quartanista de medicina, uma jovem que fora criada num asilo de caridade. E Nunes, Zezinho, Landim, Piauí. Abrem roças a oito e dez léguas de distância da beira do rio. Valquíria e seu companheiro Idalício, ex-estudante de psicologia que tocava violão, Flávio, Gil e Amauri vêm para a zona do Gameleira e Jacarezinho. E também Mariadina, Lia e Tuca, esta enfermeira qualificada. Na área de São Geraldo e do Caiano chegam: Joaquim, antigo metalúrgico paulista que se revelara em Goiás, farmacêutico e "médico" improvisado do interior, Vítor, Quelé (Kleber), Bergson e outros. Também Maria Lúcia.

A ocupação de quase todos é a roça e a caça — tal como a maior parte da população. Vivem como vive o povo. Aprendem dia a dia. Com a natureza, com as massas. Transformam-se em moradores locais, gente simples e prestativa.

Não lhes foi difícil constatar que o sistema de vida e de trabalho, nessa região, é primitivo. Nela não se chegou nem mesmo à idade da enxada. Domina o facão, que serve para tudo. Substituem o arado a "plantadeira", a faca de picar fumo, a foice. Limpa-se o terreno com o facão, colhe-se com o facão, prepara-se o alimento com o facão. E com o facão coça-se as costas, tira-se o bicho-de-pé, arranca-se o berne, briga-se. Sem facão não se constrói o casebre. O homem e o facão são inseparáveis. Até no arrasta-pé, o cavalheiro dança de facão à cinta. A espingarda de cartucho é também indispensável. Sem caça as dificuldades

aumentam. São muitos os lavradores que possuem sua arma de calibre 20 ou 36, velha, velhíssima, os cartuchos feitos em casa, com chumbo e pólvora comprados na cidade. A produção local é relativamente pequena: arroz, milho, mandioca, feijão, fava. Os produtores guardam pouco para o seu consumo. Vêem-se obrigados a vender mais do que devem para poder adquirir coisas que urgentemente necessitam. Todos trabalham, trabalham demais, mas apenas lhes sobram ninharias. A fome é crônica. As crianças andam nuas. São brasileiros esquecidos, analfabetos, doentes, abandonados à própria sorte.

Sucedem-se as injustiças, muitas e revoltantes. O povo só é lembrado pelo governo na ocasião da cobrança de impostos. Todos os meses, o "motor" da Coletoria de São João do Araguaia sobe e desce o rio, levando o coletor, o delegado, um cabo e dois praças da Polícia Militar. Fisco e polícia, juntos. A tarefa é arrecadar impostos, multar, chantagear. Quando o lavrador não tem dinheiro, levam-lhe a criação ou os alimentos de que precisa. Os desatinos se repetem. No Porto da Barca, defronte de Araguatina, dois moradores procuram transferir para o lado de Goiás o arroz que produziram, tentando evitar o ônus do governo paraense. Chega, na hora, o "motor" da Coletoria. O arroz é embargado. E os dois desgraçados são submetidos a um terrível suplício. De pé, separados por uma parede, com as mãos atadas às costas e amarradas umas nas de outro através de um buraco na parede, sem poderem se mexer, permanecem a noite inteira em torturante posição. Tripudia-se sobre as pessoas simples. A polícia usa diferentes processos de pressão e atemorização para extorquir os magros recursos dos plantadores. Na beira do rio, acontecem vários casos. O filho de uma mulher chamada Iraci foi a Apinagés, vilarejo situado na junção do Araguaia com o Tocantins. Ali embriagou-se e passou a desafiar o bate-pau. Coisa de bêbado, sem maior importância. Mas o bate-pau não gostou. Chamou dois capangas e, conjuntamente, bateram no rapaz indefeso até matá-lo. Em Ponte de Pedra, povoado adiante da Faveira, morava um casal. O homem pescava, a mulher quebrava coco-babaçu. Apareceu lá o bate-pau local: Zé Caroço. Discutiram por motivo fútil. No meio da discussão, o homem correu. Zé Caroço mete-lhe um tiro nas costas e mata-o. Raimundinho, irmão de Antônio Cachaça, morador do Brejinho, a duas léguas da beira, tomou umas pingas. O bate-pau viu que ele portava um revólver velho. Sacou do seu e exigiu que o do outro lhe fosse entregue. Raimundinho resistiu e conseguiu fugir. Dias depois chegavam soldados para tomar a arma e prender seu dono. O objetivo, porém, era a extorsão. Para suspender a ordem de prisão, exigem 75 cruzeiros. A vítima vendeu os últimos teréns para satisfazer os policiais. Afonso, pai de família numerosa e lavrador exemplar, foi chamado à Ponta de Pedra para responder diante do bate-pau por uma queixa contra ele apresentada. Morando longe, não pôde ir. Então chegaram soldados e um cabo para levá-lo ao cárcere. Se não quisesse ir, teria de pagar cinqüenta cruzeiros. Sem tostão, recorreu a Joca pedindo-lhe um empréstimo. Na ocasião, cinqüenta cruzeiros correspondiam a dez sacos de arroz com casca. Ninguém quer ser preso. A prisão de Apinagés, para onde são encaminhados os detidos, causa pavor. Assemelha-se a uma jaula de tigre. Feita de troncos de árvores enterrados no solo, sem soalho nem cobertura, constitui um verdadeiro martírio para os encarcerados. Enfim, casos de violências, abusos, extorsões e mortes são rotina.

A malária é também inimiga dos habitantes do sul do Pará. Há muitas outras doenças — a leishmaniose, os vermes, a frieira, os males venéreos. Mas o paludismo ataca a todos. E às vezes sob a pior forma — a terçã maligna. Acomete recém-nascidos, crianças, jovens e velhos. Há um serviço público chamado Campanha de Erradicação da Malária, a CEM, que existe apenas no papel. Os remédios são caros e o povo não pode comprá-los. É comum encontrar lavradores, castanheiros e madeireiros trabalhando dias seguidos com febre.

As febres atacaram também os chegantes. Joca e Zecarlos foram os primeiros. Tiveram terçã maligna. Mário, já idoso, teve duas terçãs e vários acessos de malária. Dona Maria tremeu com a sezão. Geraldo quase morreu: treze dias de febre entre 39 e 41 graus. Dina caminhou semanas curtindo a malária. Todos foram se acostumando, ou melhor, aceitando o inevitável. O sistema de prevenção é precário: afugentar o mosquito com a fumaça e dormir de mosquiteiro, não tomar banho à noite no rio. Mas o mosquiteiro abafa, o calor incomoda.

Passam-se muitos meses, dois anos talvez. Os novos moradores estreitam suas relações com o povo, identificam-se com ele. São estimados e estimam sinceramente os que conhecem. Amizade não se consegue da noite para o dia. Vai-se forjando com o tempo. Uma ajuda aqui, outra acolá, o respeito às pessoas, a atenção que se lhes presta na conversa, o interesse pela sua vida, o conselho que se ouve dos que habitam o lugar, o desejo de aprender com a massa — tudo isto vai tecendo os fios invisíveis da amizade. Os lavradores

contam suas agruras, seus casos. Uma vizinha costuma dizer que ela só conhece o lado mau da existência.

"Já passei por tudo que se pode imaginar de ruim".

Outros contam estórias fabulosas de entes sobrenaturais. Muitos falam de perseguições e exploração. As mulheres referem-se sempre aos filhos que perderam por falta de assistência. Com o caminhar dos meses as provas de afeição se robustecem. Os chegantes transformaram-se em gente do lugar, membros de uma comunidade pobre e desprezada. Alguns são mesmo muito queridos: Sônia, Zecarlos, Joca, Piauí, Geraldo, João Carlos, Paulo, Dina.

Eles se preocupam em conhecer a região. Conhecê-la, porém, não é problema tão simples. A mata começa a duas léguas, às vezes uma, da beira do rio. No seu interior há roças e barracos. E muito mais para o fundo, castanhais. O caminho é a "picada", por onde passa gente, e por onde passa o jegue. Estreita e, geralmente, difícil até de encontrar. A selva é quase toda igual. Nela há milhares de grotas, secas ou com pouca água na época do verão, transbordantes no período das chuvas. Parecidas umas com as outras. Na região, existem onças, gatos-maracajás, porcão (queixada), caititus, capivaras, antas, veados, pacas, macacos. Aves de diferentes tipos de cores: mutuns, azulões, araras, gralhas, jacus, corujas. E cobras: a jibóia, que passa dos seis metros; a sucuri que chega aos dez metros; a surucucu venenosíssima que alcança de dois e meio a três metros de comprimento; a jararacuçu em alguns brejos e capoeiras; a cipó que se confunde com a vegetação. Escorpiões e aranhas venenosas. Morcegos (vampiros). E uma infinidade de galhos podres nas árvores, pesados, despencando ao sopro mais forte do vento. Nos castanhais, durante a safra, a queda de

um ouriço, se atinge uma pessoa, pode aleijá-la ou matá-la. Quem entra na mata está arriscado a perder-se. Mesmo àqueles que a conhecem bastante sucede desorientar-se e custar a encontrar uma saída. A floresta, porém, tem seus segredos e suas leis que podem ser conhecidos e dominados.

Os novos moradores do Araguaia enfrentam essa tarefa. Na Faveira, Zecarlos e Cid são pioneiros. No Gameleira, além de Osvaldo que já a dominava, Flávio, Amauri, Valquíria. No Caiano, Paulo Rodrigues, Pedro, João Carlos. Outros tornam-se mateiros experientes: Joca, Piauí, Beto, Landim, Zezinho, Manoel, Sueli, Dina. Aprendem a orientar-se pela bússola, pelo sol e outras estrelas, por pontos de referência. São capazes de viajar dezenas de léguas, dentro da mata, e chegar precisamente aonde desejam.

Eles se preocupam também com a sobrevivência na selva. Sabem que o índio vive aí há muitos séculos. E que caçadores vão do Araguaia ao Xingu numa proeza que dura meses. Levam apenas farinha, sal, o remédio indispensável e a munição. O resto é fornecido pela mata. Nesta região há babaçu, que dá o óleo e excelente palmito; castanha-do-pará que contém proteína. Não existe muita fruta, mas em certas épocas do ano encontram-se algumas: cajá, açaí, bacaba, caju-de-janeiro, cacau, tatajuba, cupuaçu. Portanto, a vida é possível. Todavia para sobreviver é preciso caçar, conhecer a manha e o hábito dos bichos, pescar, utilizar tudo o que seja digerível. Isto exige prática. Os novos moradores fazem sua aprendizagem. Ocorrem fatos jocosos. Manoel, recém-chegado, percorre o Gameleirinha quando vê um jacaré em cima de uma pedra, dormindo ao sol. Faz pontaria, atira. O jacaré não se dá por achado. Parece morto. Manoel chega perto e, desconfiado, larga com força o facão sobre o bicho que reage com uma violenta rabanada e cai n'água embolado com o caçador improvisado. O jacaré se mandou, mas Manoel ganhou fama de homem que brigou com jacaré. Zecarlos também fez das suas. Caçava pela primeira vez em companhia de Osvaldo. Este, em dado momento, pede-lhe que vigie uma toca onde se refugiara um caititu. Zecarlos ficou firme, de arma na mão, olho na toca. Quando menos esperava, o animal disparou, passou entre suas pernas e jogou-o no chão. Dizem que houve quem atirasse em jabuti, inofensivo e de caminhar lento. Talvez seja piada, mas bem pode ter acontecido. Os novatos aprendem que o guariba, quando o tiro não pega de jeito, enrola o rabo num galho e mesmo morto não cai. E que se pode, outrossim, caçar sem usar arma. Nelito, por exemplo, aplica uma invenção local — espécie de cesto de cipó trançado que se coloca no buraco do tatu. Ao sair, ele cai na armadilha. Muitos não sabem que se come cobra, mas sabem que a teoria do índio é esta: mexeu, comeu. Sim, também se come cobra, como se come onça e até tamanduá. Quanto à sede, e se ela ocorre num lugar onde não existe água? Logo se convencem de que a mata contém inúmeros cipós que contêm água de boa qualidade. Quem os conhece não passa sede. Há cipós venenosos, fáceis porém de distinguir.

Em dois, três anos de vivência na região, os novos moradores haviam aprendido muita coisa. Meio caminho andado para superar as dificuldades.

Espíritos voltados para a pesquisa e o conhecimento da realidade, sentem a necessidade de discutir os problemas que afligem o povo. Equacionam solu-

ções, formulam sugestões. Todas esbarram, porém, no muro de pedra do regime político-econômico. O interior é o fim do mundo. Nenhum governo se interessa pelo seu progresso. Ao contrário, procuram mantê-lo no atraso. A terra, como em toda vasta zona de campo do Brasil, constitui a questão fundamental para a população laboriosa. Mas aqui, com os métodos empregados, um pedaço de chão não resolve ainda o problema do lavrador. Cada dois ou três anos, no máximo, o posseiro tem que ir adiante, derrubar novas áreas para plantar. Porque a terra é pobre e mal lavrada. Nunca viu adubo nem plantio racional. O transporte da produção e sua comercialização encontram tremendos obstáculos. O burro e o jegue são os únicos veículos utilizados. Um animal carrega dois sacos de arroz (o jegue, menos) e deve conduzi-los a várias léguas de distância. Vinte sacas de arroz demandam dez caminhadas, do burro e de quem o acompanha. A grande maioria dos lavradores não tem animal, recorre a tropeiros. O comprador do produto é o intermediário que o revende a outro intermediário. Paga cinco cruzeiros o saco. A venda de um saco de arroz, que exigiu tanto trabalho para ser produzido, não dá para comprar meio quilo de café, ou um facão, ou um par de botinas. Boa parte da produção local é constituída pela castanha-do-pará. Mas os castanhais pertencem aos poderosos. O povo pobre participa da produção simplesmente como castanheiro, pessoa que vive na mata durante a safra, colhe os ouriços, quebra-os, lava a castanha e deposita-a em lugares apropriados. Recebe uma insignificância pelo seu trabalho. A castanha alcança de sessenta a oitenta cruzeiros o hectolitro em Marabá. Ao castanheiro dão apenas oito a dez cruzeiros pelo hectolitro colhido. E, a seco, toda a despesa é por sua conta. Os gêneros que adquire no

barracão do castanhal custam o triplo do preço corrente nas cidades próximas. Outra atividade é a extração da madeira, sobretudo do mogno. A exploração, realizada por grandes firmas, destina-se à exportação. O madeireiro derruba a árvore a machado. Dois, três mil golpes por árvore. Ganha igualmente uma insignificância. O pagamento é feito em "bagulhos", isto é, artigos fornecidos aos trabalhadores pela empresa a preços exorbitantes. O povo, aqui, precisa de ajuda de diferentes tipos. E escolas, assistência médica e dentária (é enorme o número de pessoas que sofrem de dor de dentes). Necessita de estradas, animais. Como consegui-los? De que maneira organizar a produção e a vida comunitária nestas paragens? Os pesquisadores chegam à conclusão de que a solução dos problemas difíceis das massas pobres do interior reclama a liquidação da prepotência, dos abusos e da violência, da grilagem desenfreada, de todo o sistema de opressão e exploração dominante. A conquista da liberdade é meta importante. Porque só a liberdade permite a organização do povo, o debate amplo, a formulação de reivindicações, a criação de associações e sindicatos, o desenvolvimento da coletividade. É essencial para impulsionar a luta e elevar a consciência popular.

Ao mesmo tempo que investigam e estudam, os novos moradores organizam sua vida social e cultural. Tomam iniciativas diversas. Entre outras, o debate de temas de sentido político e de cultura popular. No fim do ano de 1971, os residentes no Gameleira organizam uma festa de confraternização. Reúnem-se no castanhal do Ferreira, onde há uma palhoça acolhedora e uma clareira bem espaçosa. Na véspera haviam caçado um veado e dois caititus, um lauto repasto. Durante o dia, realizam provas esportivas, cantam canções de combate ou músicas de Chico Buarque, como

Amanhã será outro dia. Idalício toca violão. À noite, de belo luar, uma surpresa: Tuca e Valquíria, cada uma de seu lado, bolaram um *show*, uma espécie de teatro de cordel. Um espetáculo inteligente, cheio de verve, de crítica e de sátira aos defeitos da vida coletiva. Osvaldo, imponente e comovedor, recita Gonçalves Dias:

"Temeste a Morte?/ Meu filho não és".

Reina entusiasmo e alegria no castanhal. Meia-noite de 31 de dezembro, ressoa na floresta um brado forte: Viva os que combatem pela liberdade em todo o mundo! Dezenas de vozes respondem em coro. Uma salva de vinte tiros de revólver saúda a entrada do novo ano.

Enquanto isso, a construção da Transamazônica progride do lado do Pará. Como cogumelos depois da chuva, aparecem os grileiros. Grilagem por estas bandas sempre foi fenômeno comum. Mas agora assume características de uma operação gigantesca, apoiada pelo governo que pretende a implantação na área de empreendimentos capitalistas, financiados pelos incentivos fiscais.

Chegamos, aqui, aos primórdios da luta.

De repente, desaparece o relativo sossego dos posseiros. Toda a terra, vastas extensões, passam a ter donos que nunca antes andaram por estas plagas. Nenhum deles apresenta documentos de propriedade.

"É minha."

E só. Antigos moradores vão sendo enxotados dos lugares em que vivem. Somente na circunvizinhança do igarapé dos Perdidos, na zona do Caiano, duzentas famílias são intimadas pela polícia e por pistoleiros a abandonar seus lares. Assim o exige o grileiro Antoninho que possui uma serraria em São Geraldo. No Gameleira, aparece um tal de capitão Olinto que se diz da Aeronáutica. Expulsa os que vivem na margem direita do rio, sem indenização alguma, e declarara que a margem esquerda também está incluída em seu projeto aprovado pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). João da Enedina teve seu barraco queimado e sua roça destruída.

Estas ações criminosas já se vinham repetindo noutras zonas próximas. A CODEARA, poderosa empresa protegida dos governantes, que domina cento e noventa e seis mil hectares, utilizava bandidos e policiais para desalojar antigos agricultores de Santa Terezinha, na margem esquerda do Araguaia. Em São Domingos do Capim seiscentas famílias de lavradores eram expulsas de suas glebas pelos donos da fazenda Paraporã, que destruíram roças e casebres. De uma área de quatrocentos mil hectares ocupada por John David, coronel reformado da Força Aérea norte-americana, na PA-70, município de Paragominas, a polícia retirou violentamente antigos habitantes.

As Forças Armadas dão cobertura à ação dos grileiros. Sentindo que cresce o ódio contra as expulsões arbitrárias, o Estado-Maior do Exército programa uma espetacular manobra militar na região do Araguaia e do Tocantins, coisa jamais vista por lá. Em fins de 1970, ocupa Imperatriz e Marabá. O inimigo hipotético são os subversivos... Durante toda uma semana a região é batida por helicópteros. Tropas pára-quedistas descem em vários pontos. E, à vista dos residentes de Marabá, os soldados lançam bombas de napalm em barracos previamente construídos para esse fim. Com semelhante manobra, o Exército pro-

cura amedrontar os posseiros, dissuadir possíveis resistências. Prepara-se também para atacar.

A inquietação vai tomando conta dos pacatos moradores do sul do Pará. Dezenas de lavradores da zona do Caiano procuram Paulo Rodrigues para discutir a situação. Querem resistir à intimação do grileiro Antoninho. No Gameleira, muitos buscam contato com Osvaldo para pedir-lhe conselhos. Zecarlos, igualmente, é ouvido. A massa fala em cativeiro, diz que o que está sucedendo se parece com a volta ao cativeiro. Muitos recordam casos que lhes aconteceram em outros lugares. Dona Hilda, rezadeira de fama, que andara por ceca e meca, espalha a profecia do Padre Cícero. Antes de morrer, o Padre teria dito que, nos anos 70, o Araguaia iria pegar fogo e quem não morasse do lado do Pará não mais poderia ali chegar. E aduzira: devia-se plantar coisas que ficasse debaixo do chão para garantir o alimento e resguardá-lo da fúria dos atacantes.

O ambiente torna-se tenso, todos esperam a qualquer momento o emprego da força pelos grileiros, com o apoio do governo. Algumas pessoas ainda pensam que o Exército poderá defendê-las, outras dizem que fardas só trazem desgraças. Os fatalistas afirmam que pobre nasceu para ser enxotado. Há também os que guardam silêncio, um silêncio feito de ódio. Osvaldo mobiliza seus amigos. Zecarlos, idem. Outro tanto, Paulo Rodrigues. São os elementos mais considerados na região. Fazem-se preparativos. Se o inimigo atacar, como proceder? Todos recebem instruções. Intensifica-se o treinamento que se adapta às características da luta armada. Que é afinal uma emboscada? Uma ação de fustigamento? De contenção? Como se faz uma marcha protegida? E um acampamento sem deixar rastro? Alerta-se que se deve ser duro com o inimigo,

mas os feridos e os prisioneiros têm que ser respeitados. Os combatentes do povo se apóiam no povo, nas massas está a sua força. Por isso, é sagrado tudo o que pertence aos moradores. E quem combate trabalha também para não sobrecarregar a população laboriosa. Participa da produção e ajuda no que puder.

Nos primeiros dias de abril de 1972, fatos estranhos ocorrem em Xambioá, São Geraldo, Faveira, São Domingos das Latas e Araguatins. Uns tipos esquisitos aparecem indagando sobre os moradores que se opõem decididamente à grilagem. Querem saber quem são, onde estão e como chegar até eles. Os lavradores rapidamente dão o alarma. No dia 11 Sônia é chamada para atender uma criança numa choupana um pouco distante. Seus companheiros acham melhor que ela não vá. Que os pais tragam a criança. Depois se verificou ser uma cilada preparada pelo Exército. Enganando os donos da choupana, pretendia agarrá-la isoladamente.

Dia 12, as tropas iniciam o ataque aos habitantes da zona da Faveira e de São Domingos das Latas. Prendem diversas pessoas. Aí pelas doze horas, cerca de vinte soldados bem armados, em formação de combate, tomando cautelas, chegam ao barraco denominado PEAZÃO — no qual residem Zecarlos, Nunes, Piauí, Zezinho armeiro, Sônia e Fátima. Não encontram ninguém porque todos se internam na mata, incluindo Mário, que no momento, ali se encontrava. Os retirantes conduzem consigo o que podem.

Dia 14, o Exército ataca o pessoal da área do Caiano e de São Geraldo. Começa pelo local chamado PAU PRETO. Os soldados estão vestidos de roupa azul para despistar. Mas não conseguem prender os que

aí vivem. Empregam a violência indiscriminada contra a população. No caminho, encontram Geraldo, do Gameleira. É detido. Amarrado a uma árvore, submetem-no a prolongadas torturas.

Uns dez dias depois, o Exército assalta também os moradores da Gameleira. Osvaldo e seus companheiros já haviam se retirado para a mata.

A operação vai se ampliando contra as massas da região. Muitas casas são queimadas, paióis de arroz e milho, destruídos. Em certos lugares, até as árvores frutíferas são cortadas. Dezenas de lavradores vão presos.

A soldadesca penetra na floresta, movimentando-se pelas "picadas", beiras de grotas, estradas, ou emboscando-se nas proximidades de roças. O grosso da tropa fica na Transamazônica, nas cidades de Xambioá, Marabá, Araguatins e nos povoados ribeirinhos. Igualmente nas fazendas e sedes de castanhais. Utiliza aviões, helicópteros e lanchas da Marinha de Guerra.

A repressão se encarniça bestialmente. Em Araguatins, uma mulher é presa no mercadinho e surrada no meio da rua. Ela topara uma provocação. Levantara sua voz para dizer que Osvaldo não era nenhum bandido, mas a pessoa mais séria, mais honesta, mais prestativa da região. Baiano, um caboclo alto e forte que fazia comércio em barco-motor, também é preso em Araguatins. Acusado de ter negociado com os habitantes da Faveira, espancam-no brutalmente, deixam-no amarrado numa árvore no centro da cidade durante dois dias. Na Palestina, localidade próxima de Santa Isabel, o Exército volta-se contra padres e freiras, além dos residentes do povoado. Um padre é esbofeteado por um oficial do Exército. Em seguida, colocado com uma freira num jipe, cada um com uma corda amarrada no pescoço, bem esticada, e atada ao carro. Com os solavancos, havia o risco de se enforcarem. Padre Roberto e a irmã Maria das Graças são levados para a prisão de Xambioá. Acusam-nos de apoiar os guerrilheiros. O bispo de Marabá, dom Estevão, e frei Gil, que o acompanha, ficam detidos vários dias na Transamazônica. Nas cidades e vilas de toda a região implanta-se um clima de terror. As estradas que demandam o sul do Pará estão bloqueadas, veículos e passageiros sujeitos a rigorosa revista.

Começa então a organizar-se a resistência armada. Os que tinham escapado para a mata coordenam-se e criam três destacamentos: o A, sob o comando de Zecarlos; o B sob o comando de Osvaldo; e o C, sob o comando de Paulo Rodrigues. Organiza-se uma comissão militar para articular e orientar a atividade dos destacamentos. À sua frente, é colocado o antigo morador Mário, que primeiro chegara à Faveira, em 25 de dezembro de 1967. Edita-se o regulamento militar de constituição das Forças Guerrilheiras do Araguaia, integradas por destacamentos compostos de vários grupos, sendo estes as unidades de base. As relações entre os combatentes são definidas como "democráticas e regidas por alto espírito de camaradagem, solidariedade e respeito mútuo". Publica-se o Comunicado n.º 1. Aí se lê:

"Diante do criminoso ataque das forças armadas governamentais, muitos habitantes das zonas de São Domingos das Latas, Brejo Grande, Araguatins, Palestina, Itamirim, Santa Isabel, Santa Cruz e São Geraldo resolveram não se entregar. Armar-se com o que puderem e enfrentar corajosamente o arbítrio e a prepotência do Exército e da Polícia. Com tal objetivo internaram-se nas matas do Pará, Goiás e Maranhão para re-

sistir com êxito ao inimigo muito numeroso e melhor armado. A fim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, a liberdade e uma existência melhor para toda a população. Decidiram formar destacamentos armados, criaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia".

Constitui-se também a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo que lança um programa intitulado "Em Defesa do Povo Pobre e pelo Progresso do Interior". Nele formulam-se as reivindicações da população local e se indica o caminho da união, da organização e da luta como meio para alcançá-las.

"A ULDP convoca a todos, homens e mulheres, jovens e velhos, para lutar com energia e entusiasmo por este programa de reivindicações mínimas. Chama os habitantes do interior a ingressar em suas fileiras e a levar adiante a revolução popular. É hora de decisão. De acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e para pôr fim à vida de padecimentos sem conta de milhões de brasileiros esquecidos, humilhados e explorados."

Assim, desde o início as Forças Guerrilheiras estruturam-se como expressão dos sentimentos e dos interesses das massas, intimamente a elas ligadas.

Os passos iniciais estão dados. A guerrilha — forma antiga de combate dos oprimidos e espoliados, dos que dispõem de parcos recursos, hoje empregadas amplamente na Ásia, África e América Latina, vitoriosa em muitas refregas — surge também no Brasil em áreas de mata, no longínquo sul do Pará. Os combatentes aprestam-se para enfrentar o inimigo.

O primeiro choque ocorre com os integrantes do Destacamento B. Em fins de abril, Osvaldo e outro companheiro defrontam-se com um grupo do Exército numa "picada" que vai para Santa Cruz. Há rápida troca de tiros. Metralhadoras de um lado; velhos rifles 44 do outro. Um sargento é morto e um soldado ferido. Os demais fogem. Osvaldo e seu companheiro saem ilesos da contenda.

Em maio, um grupo dirigido por Bergson, do Destacamento C, acampa num lugar chamado Água Bonita, na região do Caiano. No dia seguinte, o Exército ataca. Trava-se tiroteio, e um soldado tomba gravemente ferido. Um dos componentes do grupo é aprisionado, os outros retiram-se em ordem.

Dias depois, cinco guerrilherios chefiados por Paulo Rodrigues, caem numa emboscada. Lutam com denodo e conseguem escapar. Um dos combatentes, porém, perde a vida. Bergson é o primeiro a derramar seu sangue, ardente e generoso, pela causa da liberdade. Valentemente, ele se dispôs a cobrir a retirada dos companheiros. Antes de morrer, atinge um tenente do Corpo de Pára-Quedistas do Exército, que fica gravemente ferido.

O Exército prende um lavrador de nome Lourival Paulino. Acusa-o de participar das guerrilhas. Mais tarde ele aparece enforcado. Assassinaram-no.

Em meados de maio ocorre um choque na mata entre um grupo de pára-quedistas do Rio de Janeiro e uma patrulha do 2.º Batalhão de Infantaria da Selva de Belém. Depois de intenso tiroteio, um sargento pára-quedista é gravemente ferido. O lavrador que servia de

guia forçado aos pára-quedistas é acusado de conivência com os guerrilheiros. Selvagemente espancado, com o rosto desfigurado, segue preso para a base militar de Xambioá.

Na primeira quinzena de junho, três elementos do Destacamento C realizam uma ação desafortunada. Haviam pedido a um conhecido, de nome Coioió, que lhes fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Três dias depois voltariam para apanhá-la. Uma noite antes do dia marcado acampam a uns duzentos metros da casa, no mato. Tudo é silêncio. Pela madrugada ouvem barulho de vultos chegando. Manhã cedo, aproximam-se tomando precauções. À frente vai Maria Lúcia. Cerca de cinqüenta metros da casa recebe um tiro. Tomba com a arma na mão, em plena juventude. Seus dois companheiros amoitam-se. Dez minutos após os helicópteros metralham a esmo os arredores da casa. O Exército havia ocupado o lugar, possivelmente por indicação de Coioió.

Em fins de junho, o Destacamento C realiza uma operação contra a sede de um castanhal. Objetivo: conseguir gêneros alimentícios, querosene e pilhas para lanterna. É comandada por Paulo Rodrigues. O destacamento aproxima-se do local, cerca-o, domina os vigias. O administrador é intimado a entregar as mercadorias necessárias. Uma vez obtidas, os guerrilheiros fazem propaganda revolucionária. Contam com a simpatia de peões e empregados do castanhal.

Em princípio de julho, um pequeno grupo do Destacamento C, dirigido por Ari, tiroteia com o inimigo. Morre um soldado. O grupo não sofre baixas.

Também em princípios de julho o combatente Quelé (Kleber), do Destacamento C, é localizado e preso. Ele não agüentara a caminhada que fazia devido a um fístula de leishmaniose na perna. Afasta-se da estrada e acomoda-se na mata para descansar e esperar ajuda dos companheiros. O bate-pau Pernambuco, tipo odiado pelas massas, que passava ocasionalmente por ali, ouviu o barulho de gente quebrando ouriço de castanha. Avisa o Exército que não tarda. Quelé tenta defender-se, mas é alvejado no ombro e em seguida preso. Levam-no a um "centro" chamado Abóbora e o torturam barbaramente. Chega a ser amarrado a um burro e por este arrastado. Levanta sua voz de combatente da liberdade:

"Abaixo a ditadura!"

Os fuzileiros navais matam-no a golpes de baioneta.

Três elementos do Destacamento C, dirigidos por Mundico (Rosalino) defrontam-se na mata com um bate-pau, filho de um tal José Pereira, que vinha acompanhado de outro capanga. Esse indivíduo propalava que o Exército lhe oferecera mil cruzeiros por guerrilheiro morto. Desde então, embrenha-se na selva para caçar suas vítimas. Rosalino grita-lhe o célebre "Mãos ao alto". Rapidamente o bate-pau saca da arma. Recebe, porém, um tiro, estrebucha no chão. Sua morte causa pânico entre os bate-paus de toda a zona.

Ainda em julho, um grupo guerrilheiro do Destacamento B, chefiado por João Carlos, encontra-se com um patrulha do Exército, próximo da Grota Vermelha. No tiroteio que se segue, João Carlos é atingido por duas balas, uma na perna, outra na coxa. Já ferido, brada aos companheiros: "Fogo nessa canalha!"

A patrulha foge. João Carlos interna-se na mata, onde fica vários dias em repouso até recuperar-se.

Mas Idalício, que se perdera do grupo chefiado por João Carlos quando fazia uma caçada e se abrigara na casa de um morador no "centro" do Peri, é descoberto pelo Exército. Atiram sobre ele. Idalício defende-se. Descarrega o revólver, atirando; quando tenta recarregá-lo é alvejado e morto.

Termina a primeira campanha contra as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Três meses de luta desigual. Os guerrilheiros não tinham experiência militar, mas revelaram bravura e fibra de revolucionários. O sangue derramado não terá corrido em vão. Seu moral é excelente. E mostram-se decididos a prosseguir na resistência armada. Em carta dirigida a uma personalidade do sul do Pará, datada de 20 de julho, assinalam:

"Sejam quais forem as vicissitudes que teremos de passar — a fome e o cansaço; os ferimentos; as doenças e a morte; a prisão e a tortura; — não arriaremos nossa bandeira. Ninguém poderá abafar as profundas e arraigadas aspirações de liberdade do povo brasileiro, do qual somos legítimos representantes. Onde há opressão sempre há de existir resistência e luta. As causas justas mais dia menos dia triunfam. Hoje, em nosso país, combate-se e morre-se pela liberdade".

Desde o primeiro momento, os guerrilheiros contaram com a simpatia e o apoio caloroso da população. O Exército não conseguiu seus objetivos. Pensava liquidar os rebeldes numa rápida investida. Fracassou. Retirou-se para as cidades próximas. Foi preparar nova ofensiva.

As Forças Guerrilheiras do Araguaia denunciam à nação o ataque do Exército aos moradores do sul do Pará e esclarecem os propósitos que as animam. A denúncia consta de uma carta enviada a um deputado federal, datada de junho.

"Compreendemos", diz entre outras coisas a carta, "que a luta aqui encetada não tem caráter somente local. É um aspecto da grande luta contra a ditadura em que está interessada a maioria da nação. Não foi unicamente contra nós que os generais investiram. Há muito tempo já, eles declararam guerra a todo o povo brasileiro, submetendo-o a um regime intolerável. Sabemos o quanto é grande o número de pessoas de diferentes condições sociais que passaram pelos cárceres e são condenadas por 'crime político'. A tortura e o assassinato de patriotas transformaram-se em rotina nos interrogatórios policiais. Vive-se sob o arbítrio do Ato Institucional n.º 5, que anula o exercício do mais rudimentar direito do cidadão. Nossa Pátria é, hoje, um vasto acampamento militar, onde não há lei nem respeito pela pessoa humana."

E na parte final:

"Juntamo-nos a todos os que neste imenso e querido Brasil levantam a bandeira da liberdade e pugnam pela derrubada do governo tirano e antinacional, imposto por um golpe militar. Em plena floresta, caçados pela ditadura, enfrentando mil dificuldades, sonhamos com a democracia e a independência da Pátria. Temos fé no futuro radioso do Brasil, livre da opressão, do atraso e da ignorância. Mas sabemos que este futuro só poderá ser alcançado pela união e pela luta de todos os seus filhos".

Em setembro de 1972, as Forças Armadas da ditadura voltam para a segunda campanha. Empregam efetivos de oito a dez mil homens sob o comando dos

generais Vianna Moog e Antônio Bandeira. Numa reportagem do dia 24 de setembro o jornal *O Estado de S. Paulo* dá uma relação das unidades em operação no Araguaia. São elas: Batalhão de Guarda Presidencial; 8.º Grupo de Artilharia Antiaérea; Regimento de Cavalaria de Guarda; Polícia do Exército de Brasília; 10.º Batalhão de Caçadores de Goiânia; 6.º Batalhão de Caçadores de Ipameri; e 36.º Batalhão de Infantaria de Uberlândia. Além destas, há também forças do Comando Militar da Amazônia e da 12.ª Região Militar. Afirma a reportagem que da Aeronáutica há unidades da 1.ª Zona Aérea de Belém; da 6.ª Zona Aérea de Brasília; e da 3.ª Zona Aérea do Rio de Janeiro. Da Marinha, segundo ainda *O Estado de S. Paulo*, toma parte uma tropa do grupamento de fuzileiros navais de Brasília. Agora — diziam os generais — seria para valer; as Forças Armadas não admitiriam desafios.

As tropas ocupam estradas, fazendas, sedes de castanhais, roças, a aldeia dos índios Suruís. Abrem algumas "picadas" na mata. Utilizam helicópteros e aviões. Recrutam bate-paus locais aos quais pagam diária de vinte e cinco cruzeiros. Distribuem boletins dirigidos aos guerrilheiros, destacando que "era inútil prosseguir no caminho da luta" e insistindo no conselho dos que se julgam todo-poderosos:

"Entreguem-se".

Em Xambioá, cavam enorme fosso, cercado de arame farpado, no qual encerram muitos moradores suspeitos de apoiarem a guerrilha. Repetem-se as prisões em toda a região. Arrancam-se as armas de caça dos lavradores. Para tentar enganar as massas, o Exército realiza, paralelamente, uma Operação ACISO, que se incumbe de dar algum remédio à população, extrair dentes, atender enfermos. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) comparece

também, alardeando demagogicamente a distribuição de títulos de propriedade aos posseiros.

As ações militares começam com o lançamento de várias bombas na mata circunvizinha do povoado de Palestina, onde se encontra o Destacamento B. Destinam-se a amedrontar os combatentes populares.

As Forças Guerrilheiras do Araguaia tinham feito progressos no conhecimento do terreno, na preparação militar, na organização do abastecimento. Estavam muito mais ligadas às massas. Suas armas, no entanto, continuavam precárias. A disparidade de forças entre elas e o Exército é enorme. Muito justamente decidem evitar o contato com o inimigo. Resguardar-se contribuiria para desmoralizá-lo. Mas têm em mira realizar determinadas operações com o fim de intranqüilizar o adversário.

Guerrilheiros do Destacamento B fazem uma ação de fustigamento contra o inimigo na "picada" que leva a Santa Cruz. Atiram quando passam os soldados. Matam um, os outros debandam.

Cinco guerrilheiros, sob a direção de João Carlos, ao passar pelo local denominado Franco, recebem abruptamente a ordem: "Rendam-se". Num instante, Flávio responde à intimação com um tiro que atinge um dos soldados, ferindo-o gravemente. E se retira sem baixas.

Esse mesmo grupo, no dia seguinte, tenta arrancar de uma árvore um cartaz afixado pelo Exército. Aparecem soldados. Há troca de tiros. Os praças debandam.

No dia 20 de setembro, morre Cazuza, do Destacamento C. Confunde algumas pessoas acampadas na

mata com companheiros seus. É metralhado quando delas se aproxima. Cazuza era bom mateiro, bom caçador, bom lavrador, sabia tratar como poucos as doenças da região. Muito querido no norte de Goiás, gozava de larga estima entre os moradores do sul do Pará.

Tombam também o preto Chaves e Vítor num recontro com forças do Exército. Chaves, já idoso, ex-marinheiro, vinha do movimento aliancista de 35; Vítor, bancário, um ano antes tinha sido preso e torturado. No embate, o geólogo Antônio é gravemente ferido. Aprisionado, levam-no para São Geraldo. Ali aplicam-lhe incríveis torturas para obter informações. Mas António porta-se heroicamente. Grita-lhes na cara, repetidas vezes:

"Abaixo a ditadura".

Matam-no.

No dia 29 de setembro, num encontro casual, cai a jovem guerrilheira Elenira. Elenira Resende de Souza Nazaré. Juntamente com outro companheiro, ela montava guarda, num ponto alto da mata onde havia uma estrada, a fim de assegurar a passagem sem surpresa do Destacamento A, que iria deslocar-se de zona. No momento em que tomara posição, vinha chegando a tropa com dois "batedores" à frente. Seu companheiro vê primeiro e aciona a arma, que falha. Ele escapa. Elenira não percebe o que está sucedendo. Quando nota, já os soldados se acham diante dela, apontando-lhe a metralhadora. Atira, sem vacilar, com uma espingarda calibre 16, matando um dos atacantes (sargento do Exército). O outro metralha-a, atingindo-lhe as pernas. Assim mesmo ela saca do revólver e fere gravemente o agressor. O lugar em que se encontra vira uma poça de

sangue. É presa e torturada selvagemente. Querem que fale. Até morrer, repete somente:

"Os companheiros me vingarão".

Desde então, o Destacamento A leva seu nome.

Zecarlos e Nunes, procurando local apropriado para uma emboscada, são vistos pela tropa. Uma dezena de soldados os persegue. Eles se defendem. Ambos chegam a sofrer arranhões de balas, mas escapam.

A 30 de setembro, o grupo de João Carlos é atacado de surpresa, próximo à casa de um lavrador no Caiano. Ele se dera conta de que havia muitos soldados na área, mas não recua e prossegue na tarefa que se propusera. Corajoso que é, tenta, assim mesmo, estabelecer contato com um velho conhecido em busca de apoio, o que obtém. Já na retirada, e bem mais distante, ocorre o acidente. João Carlos e Flávio são mortos. Gil, que se abaixara para socorrer o companheiro caído, recebe um tiro no queixo. Amarra o rosto com um lenço e continua combatendo. Vai tombar um quilômetro além. O golpe é duríssimo. Semanas antes, João Carlos escrevera uma carta aos habitantes de Porto Franco e Tocantinópolis, recordando o período em que lá vivera e concitando o povo a lutar contra a ditadura e a apoiar a resistência armada do sul do Pará.

Durante a campanha, a vida do combatente do povo não é fácil. Dorme ao relento, dentro da mata, onde a tatuquira persegue sem descanso todos os mortais. Come o que consegue pegar. Sem poder utilizar arma nem cachorro para caçar, poucos animais captura. Quando a farinha escasseia, usa a polpa ralada do ba-

baçu, de difícil digestão. Há dias em que o alimento é bem minguado. Se a tropa anda por perto precisa redobrar de cautela na apanha de água nas grotas. O banho nem sempre é possível. Em certas ocasiões, quando chove, até acender o fogo constitui tarefa trabalhosa. A situação se agrava se ele está enfermo, sobretudo se enfrenta um acesso de malária. O guerrilheiro protege a munição da chuva, e cuida que a umidade não estrague a arma. No decorrer do dia, desdobra-se em diferentes trabalhos e mantém a vigilância permanentemente aguçada contra qualquer surtida do inimigo. Não descansa. Faz grandes caminhadas a pé para estabelecer contatos ou buscar informações. Apesar disso, sente-se feliz e cultiva o bom humor.

Em fins de outubro, o Exército teve, uma vez mais, que se retirar da área guerrilheira. O moral dos seus soldados era baixo. Houve casos de alucinação e de desespero entre a tropa, a maioria formada de recrutas. Dez mil homens bem armados mostraram-se impotentes diante de uma força pequena, mas aguerrida e internada na mata. Embora tivesse desfalcado as fileiras dos combatentes do povo de alguns dos seus queridos e bravos integrantes, não conseguiram cercar e aniquilar as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Elas puseram em prática o sábio princípio da guerra de guerrilhas — quando o inimigo ataca, recua-se. Tampouco abalaram o ânimo combativo de homens e mulheres que empunhavam armas para resistir à violência dos generais.

A luta armada dos moradores do sul do Pará iria prosseguir. E com redobrado entusiasmo.

Os guerrilheiros tinham se revelado firmes batalhadores. Cabe ressaltar o papel das mulheres, que, ombro

a ombro com os homens, portaram-se intrepidamente. Cumpriram sem vacilação as tarefas mais arriscadas, nunca se queixaram ou pediram que fossem poupadas. Difícil dizer qual a melhor ou as melhores. Todas. Sônia, Dina, Valquíria, Sueli, Tuca, Elenira, Áurea, Mariadina, Lia, Cristina, Rosa. E Maria Lúcia que morreu na primeira campanha. Modelos de dedicação à causa do povo, de desprendimento e espírito de sacrifício, pioneiras e heroínas no combate armado pela liberdade — são dignas representantes da mulher brasileira no movimento revolucionário que cresce. Nessa jornada, expressavam o sentimento de mães, esposas, noivas, irmãs, companheiras de um sem-número de torturados e de assassinados nas masmorras policiais. Vingavam, de certo modo, a humilhação a que são submetidas muitas mulheres em interrogatórios bestiais nos antros da repressão. Continuavam a luta pela qual tombaram Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves. O povo brasileiro jamais esquecerá o devotamento e a coragem das jovens guerrilheiras.

Face aos acontecimentos do sul do Pará nos quais estão envolvidos numerosos contingentes das Forças Armadas, a ditadura mantém completo silêncio. A censura é férrea sob a imprensa e outros meios de comunicação. Os generais temem que a notícia da resistência heróica possa contagiar de entusiasmo as grandes massas da população. Médici fala em êxitos e mais êxitos no setor econômico apresentando dados estatísticos manipulados com a finalidade de enganar o povo. Fala também de ordem e tranqüilidade. O Brasil — dizia em suas arengas — é um oásis nesse mundo conturbado. Graças à revolução de 1964...

Entrementes, desencadeia feroz repressão nas cidades em escalas jamais vistas, porque aumenta a oposição ao regime, multiplicam-se as manifestações de descontentamento e de repulsa ao grupo militar-fascista. As Forças Armadas que, desde o golpe de 1964, supervisionavâm o combate aos oposicionistas conseqüentes, tratam de centralizar mais as operações repressivas através de um chamado órgão de defesa interno — o CODI, diretamente subordinado em cada região aos comandos do I, II, III e IV Exércitos. Põem em prática um plano de ações tipicamente terroristas contra patriotas e democratas, intensificando a tortura, sempre mais bárbara, que não poupa mulheres, nem menores; assassinando centenas de adversários da ditadura; dando sumiço a muitos presos políticos. A justiça castrense nega de saída *habeas-corpus* às vítimas do arbítrio, a imprensa é proibida de publicar fatos relativos a prisões e torturas, os corpos dos assassinados nas masmorras policiais são negados às próprias famílias. Entre os tombados, alvos da sanha terrorista, estão quatro dirigentes do Partido Comunista do Brasil — Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luis Guilhardini e Lincoln Roque, ardorosos defensores da resistência armada do Araguaia.

Com a retirada das tropas, começa nova etapa. Tanto para os guerrilheiros como para os agressores. Uns e outros preparam-se para novo recontro. A preparação vai durar quase um ano: até outubro de 1973.

O Exército aumenta seus efetivos na Amazônia. Decide construir mais cinco quartéis, sendo quatro na Transamazônica: Marabá, Altamira, Itaituba e Humaitá. Outro em Imperatriz, no Tocantins. Todos destinados à criação de batalhões de infantaria da selva. Dezenas de "mateiros" são recrutados em regiões de floresta. Sob direção militar abrem-se estradas dentro da zona guerrilheira que, nessa ocasião, abarca uma área superior a seis mil e quinhentos quilômetros quadrados. A Transamazônica é praticamente fechada à migração camponesa. Os planos mirabolantes de transferência de cem mil famílias nordestinas dissipam-se no nascedouro. Essa grande extensão florestal passa a ser reservada às poderosas empresas agropecuárias. Marabá transforma-se em área de segurança nacional, com prefeito indicado pelo governo — um militar. Algo semelhante sucede em Imperatriz. O povo da região é perseguido. Sobre ele se exerce permanente vigilância. Os caminhos são vigiados. Como se fossem criminosos comuns, os trabalhadores locais recebem uma carteira especial de identificação. Quem não a possui é detido e interrogado. Em toda zona, multiplica-se o número de agentes secretos da Polícia Federal e das Forças Armadas. Técnicos militares portugueses, especialistas no combate à guerrilha na África, são adidos ao Exército. Oficiais norte-americanos atuam nos comandos.

Também as Forças Guerrilheiras do Araguaia se aprontam. Procedem a um balanço de sua atividade desde o começo da luta. Consideram positivo e alentador o resultado até agora obtido. O moral dos combatentes não podia ser melhor. Todos passaram por duras provas e delas saíram engrandecidos. Houve modificações profundas na própria maneira de ser de cada um, mesmo entre os mais idosos. O sentido da responsabilidade acentuou-se. Agora existia uma dívida de sangue a ser resgatada e um nobre ideal a ser concretizado. Compreendem seu papel e o que deles se espera. É possível, afirmavam alguns, que muitos de nós tombemos na luta. Quem sabe, todos nós? Mas já não somos apenas os que aqui se encontram de armas nas mãos. So-

mos milhões de brasileiros oprimidos e sem direitos, vivendo sob uma ditadura fascista. O caminho que desbravamos é válido, tem futuro. A idéia que defendemos pertence ao povo, jamais morrerá. Um dia haverá liberdade neste país, terra para os lavradores, escolas para todas as crianças, recompensa aos que trabalham e constroem o progresso da nação.

O Comando das Forças Guerrilheiras toma uma série de medidas. Elabora diversas normas de atuação: sobre segurança no trabalho de massas; acampamento; recrutamento para guerrilha; marchas. E isto tem importância. É preciso visitar milhares de famílias camponesas, debater os problemas e fazer propaganda revolucionária armada. Tais visitas demandam precauções. Os acampamentos devem ser secretos, e sempre que forem abandonados é indispensável camuflar o lugar para não deixar pistas. A mochila de cada combatente tem que estar arrumada, as armas sempre à mão. Os novos recrutados devem ser bem conhecidos e sobre eles convém consultar as massas. Impõe-se aperfeiçoar o treinamento, preparar refúgio seguro, conhecer ainda melhor o terreno, organizar depósitos camuflados, realizar trabalho produtivo, editar materiais de propaganda. E estender os núcleos da UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO a fim de estreitar mais e mais os vínculos com as massas. Mário, da Comissão Militar, lúcido e respeitado dirigente do movimento guerrilheiro, repete constantemente:

"Isto aqui, de certa maneira, é um foco, uma chama brilhante que se acendeu na região do Araguaia. Mas não tem nada a ver com o foco fidelista. Neste, os combatentes pretendem por seus feitos arrastar atrás de si as massas passivas. Nós pensamos diferente. Acreditamos no povo, somos povo e achamos que só tem futuro a luta de sólida base popular. Tudo quanto fazemos

destina-se a elevar a consciência dos homens simples. O principal, agora, não é travar combate com o Exército, ainda que isto tenha que ser feito, mas pôr de pé as massas da região para defenderem seus direitos e chegarem a compreender em profundidade a necessidade da guerra popular".

Os guerrilheiros voltam-se mais ainda de corpo e alma para as massas. Ajudam no trabalho das roças, suam na derrubada, no broque, na plantação, na colheita. Ensinam os analfabetos a ler. Explicam as causas do sofrimento da gente pobre e da miséria reinante. Num breve prazo, mais de noventa por cento da população da área apóia com entusiasmo a resistência armada e se liga estreitamente aos destacamentos de combate. As massas fornecem-lhes comida, roupa, calçado, rede de dormir. Às vezes, a contribuição popular chega a ser comovente. O lavrador que nada possui faz questão de entregar a botina que usa, a única rede, o alimento de que necessita. Faz questão. Alegra-se com isto. É a maneira que encontra de solidarizar-se com os que empunham as armas. E de irmanar-se nas dificuldades. Há camponeses que se orgulham de dizer que seu barraco é sede de guerrilha. O povo aprende rapidamente O ROMANCE DA LIBERTAÇÃO, uma história contada em literatura de cordel sobre a vida da região. Bastante educativa. Contém mais de sessenta estrofes de sete versos que começa assim:

"Senhores, peço licença
Me ouçam com atenção
Vou falar sobre o Brasil
Da atual situação
Do camponês cá do norte
Que sendo o valente e forte
Ainda passa aflição".

E mais adiante:

"Garimpeiro, seringueiro
Madeireiro, lavrador
Seja qual a profissão
É um povo sofredor
O vaqueiro nem se fala
O barqueiro esse não cala
Vão lutar p'ra ter valor".

Decorou também outro folheto, no mesmo estilo, da autoria de Bergson — A VIDA DE UM LAVRADOR. Nas seções de terecô (candomblé) os presentes entoam cantorias de elogios à guerrilha. Aumenta o número de núcleos da ULDP. As massas manifestam imenso interesse em aprender e em compreender a nova situação. E aprendem, e compreendem. Em meados de 1973, um morador de Marabá, homem de certa cultura, que conhece muito bem os habitantes da zona, mostra-se surpreendido em visita que faz à região. Ele afirma:

"Esse povo se transformou. Num ano, avançou meio século".

E não se enganara. As Forças Guerrilheiras do Araguaia tinham construído uma base política de massas.

A guerrilha reforça-se com a adesão de novos elementos, filhos do lugar. Um deles se destaca como grande conquista: Alfredo. Desde o seu ingresso, coloca sua roça à disposição dos combatentes e se entrega totalmente à causa que ele encarna como ninguém. Conhece minuciosamente a região, exerceu todas as profissões conhecidas aqui. É homem inteligente e habilidoso. Analfabeto, em poucos meses aprende a ler e chama os outros lavradores a seguir seu exemplo. A cada dia, desvenda um mundo novo que a luta guerrilheira descortina. Alegra-se e se esforça para ver ainda melhor os horizontes do futuro. Muitos moradores dispõem-se a ingressar nos destacamentos, logo que o Exército retorne. Outros, sem pretender neles entrar, vão realizando diferentes ações guerrilheiras. Todos, de uma ou outra forma, já participam da luta. Exercem constante vigilância e controlam a atividade da reação na área. Avisam os combatentes da presença de espiões ou agentes do inimigo.

A resistência armada firma-se, alcança êxitos consideráveis.

Três importantes ações têm lugar, mostrando o amadurecimento da guerrilha.

Em março de 1973, o Destacamento B realiza uma operação contra um odiado pistoleiro que responde pela alcunha de Pedro Mineiro. Estava a serviço da CAPINGO, empresa-arapuca de grileiros, conhecida em toda a região por uma série de crimes praticados contra lavradores e peões contratados para derruba, limpeza, plantio, etc. Mineiro era também bastante conhecido, tinha nas costas dezenas de mortes. Expulsou de seus lares, em diferentes épocas, muitas famílias de posseiros, abrindo caminho para a ocupação por intrusos poderosos. Sempre esteve ligado à polícia. Agora, contava com a proteção do Exército. Numa ação bem coordenada, sob o comando de Osvaldo, o destacamento aproxima-se cautelosamente de sua morada, cerca-a e detém o bandido. Pedro Mineiro, antes tão arrogante, transforma-se num molambo, sentindo que chegara a hora do ajuste de contas. Faz-se um julgamento sumário e aí mesmo o criminoso é fuzilado. Outras pessoas

que se encontravam na casa foram mandadas embora. No local apreendem-se armas e munições, roupas, comestíveis e remédios. Em poder de Pedro Mineiro são encontrados mapas aerofotogramétricos da área do Gameleira, vários títulos de posse ilegal de terras e cartas de militares recomendando-o a outros militares. A execução desse pistoleiro alcança enorme ressonância em toda a região, é saudada pelas massas como um grande ato da justiça do povo, justiça que demora mas acaba chegando.

Em agosto de 1973, o Destacamento C realiza uma operação contra a fazenda e casa comercial do paulista Nemer Kouri. Os guerrilheiros respeitam, em geral, os bens dos comerciantes e a propriedade privada, mesmo de fazendeiros. A luta exige uma ampla frente-única. Mas Nemer, além de grileiro e explorador da massa camponesa, tinha posto sua fazenda à disposição do Exército e ajudara, no início do ataque à zona, na prisão de Geraldo, do Gameleira. Apossara-se indevidamente de um burro que pertencia aos elementos perseguidos. A operação é feita à noite, sob a direção de Pedro que, na ocasião, comandava o destacamento. Na fazenda há treze peões que ali trabalham e que, de certo modo, fazem a segurança. A casa é cercada e invadida pelos guerrilheiros. Nemer recebe a ordem de prisão no momento em que havia tirado a roupa para dormir. Sua mulher assusta-se, mas recobra a calma. Ele no entanto não consegue ficar de pé. Treme como vara verde. Trata de desculpar-se e de pedir perdão. Enquanto isso, guerrilheiros explicam aos peões o motivo da ação e os objetivos da luta. Nada se faz contra eles. Alguns manifestam sua aprovação à conduta do destacamento. Ao final da operação, apreendem-se alimentos, remédios, roupas e revólveres. Nemer é posto em

liberdade e advertido: se continuasse a ajudar os inimigos do povo, da próxima vez seria fuzilado. Também esta ação mereceu amplo apoio da população local. Muitas eram as queixas contra Nemer Kouri.

Na segunda quinzena de setembro de 1973, o Destacamento A, agora Elenira Resende, realiza uma operação contra um posto da Polícia Militar em plena Transamazônica, no entroncamento para São Domingos das Latas. Esse posto incumbe-se da fiscalização e controle da estrada, da revista de veículos e passageiros que por ali transitam. Os soldados são muito mal vistos pela população. Atrabiliários, cometem violências e extorsões. O assalto é comandado por Zecarlos, secundado por Nunes e Alfredo, e com a participação de mais sete guerrilheiros. Na véspera, durante a noite, o grupo acampa na mata próxima do local visado. Manhã cedinho, cerca o posto e intima os soldados a render-se. Estes, trancados lá dentro, mantêm-se quietos como jabuti atacado por jacamim. Incendeia-se o telhado para obrigá-los a sair. Eles saem com as mãos para o alto. O comandante interroga-os. Faz-lhes a advertência de que seriam justiçados se continuassem a perseguir os moradores. Depois, são liberados e expulsos do local. Vestidos apenas de calção, desvalorizados, põem-se a correr estrada afora. Nesta ação o Destacamento Elenira Resende apreende seis fuzis, um revólver, munições e roupas. O ataque ao posto é louvado pelas massas.

Apesar da repressão brutal, também nas cidades desenvolvem-se diferentes formas de luta. Surgem greves operárias desmascarando a exploração e o "arrocho" nos salários. Os trabalhadores de alguns setores indus-

triais conseguem "abono" por adiantamento em futuros aumentos salariais. Estudantes protestam pela pagamento do ensino, sempre mais caro e ruim, pela proibição de suas atividades gremiais e culturais, opondo-se ao decreto fascista 477. Repercute entre eles a mensagem enviada por Elenira:

"Empunhem firmemente a bandeira da liberdade, não dêem tréguas à ditadura".

O movimento contra a censura à imprensa, ao rádio e à televisão, alarga-se constantemente. Artistas e compositores de música popular encontram maneiras diversas de combater as pesadas restrições impostas ao seu trabalho criador. Em alguns lugares fundam-se Comitês de Solidariedade aos moradores do Araguaia.

No interior, aumentam os atritos entre a reação e os camponeses. Na localidade de Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, centenas de posseiros organizam uma resistência contra a ação de grileiros que ameaçam despejá-los. Levantam obstáculos nas estradas e pontes, dispõem-se a enfrentar a polícia. Em São Félix e Santa Teresinha, às margens do Araguaia, o Exército comete toda sorte de arbitrariedades protegendo a CODEARA e outras empresas semelhantes. Defronta-se com a repulsa geral. Dezenas de lavradores embrenham-se nas matas dispostos a resistir. O bispo e os padres, assim como comerciantes e professores primários, condenam as violências e são insultados e espancados. No Maranhão, em Pau Ferrado, os lavradores tratam de defender suas terras de investidas dos fazendeiros da CIGRA. Recebem os pistoleiros e a polícia a bala, ferem vários dos atacantes, obrigando-os a retirar-se. Na rodovia PA-70, a caminho de Marabá, quarenta posseiros lutam contra os irmãos Gomes Pereira, conhecidos grileiros, que procuram apossar-se de cinqüenta mil alqueires de terra, expulsando antigos moradores. No oeste do Pará

há choques armados entre posseiros e policiais. Os índios, em toda a Amazônia, denunciam com vigor a invasão de suas reservas por fazendeiros e grupos capitalistas, falam em recorrer às suas armas primitivas para conter os intrusos. Todos estes fatos mostram que a resistência armada no sul do Pará não é um fato isolado. Traduz um sentimento generalizado.

A luta no Araguaia repercute no exterior. Em vários países organizam-se movimentos de solidariedade, particularmente no Chile, Argentina, Colômbia, França, Bélgica, Itália. A Albânia difunde amplamente notícias da resistência. Os comunicados, entrevistas, cartas dos guerrilheiros são traduzidos em diferentes idiomas, levando a outros povos a mensagem de rebeldia dos bravos lutadores do sul do Pará.

Mas a calma aparente que reinara na zona da guerrilha desde o fim do ano de 1972 vai terminar. A 7 de outubro de 1973, inicia-se a terceira campanha. Furiosa e bandidesca. Calcula-se de cinco a seis mil os efetivos empregados. O Exército ocupa diversas localidades e planta-se em vários pontos da mata, em forma de arco, como que tentando cortar possíveis retiradas dos guerrilheiros. Traz não somente recrutas, mas tropas especializadas em luta na selva, grande número de "mateiros" e rastreadores. Dentro da zona, estabelece bases de apoio nas fazendas, roças e sedes de castanhais. Suas patrulhas de penetração na floresta portam metralhadoras leves e fuzis FAL. Dispõem de meios rápidos de comunicação. Aviões e helicópteros participam da operação.

A primeira parte da ofensiva, o Exército dirige contra a população local. Muitos homens, e também

algumas mulheres, são presos. Mais de mil pessoas, incluindo pequenos comerciantes, religiosos e até mesmo fazendeiros. Nas roças ficam apenas as mulheres e as crianças. A violência é impiedosa e sem limite. Onde a tropa não encontra moradores, os barracos são incendiados, os paióis de arroz e milho, destruídos. Os lavradores sofrem incríveis crueldades. Alguns enlouquecem, como Frederico, outros morrem. O Exército considera a população da área, em seu conjunto, como guerrilheira ou amiga dos guerrilheiros. Implanta, por isso, o terror. Nem os menores escapam. Crianças são ameaçadas e castigadas. Os soldados vieram para esmagar a resistência popular que vai crescendo, consolidando-se, repercutindo em vasta região. Não se detém ante nenhum princípio moral.

Médici não quer deixar o governo sem antes haver extinguido o foco luminoso do Araguaia.

Grave ameaça pesa sobre as Forças Guerrilheiras. Elas tinham-se fortalecido, tornaram-se unha e carne com as massas. Estão sem dúvida melhor aparelhadas, embora suas armas sejam antigas e pouco eficientes. Mas o inimigo também se aparelhou e conta com abundantes recursos. A desigualdade em armamentos e efetivos não tem paralelo. Os guerrilheiros estão mal calçados, faltam-lhes roupas sobressalentes, plásticos para abrigar-se da chuva. Somente no moral e no apoio das massas são infinitamente superiores. Além do mais, a repressão brutal contra os lavradores irá dificultar a ação guerrilheira. Os combatentes, porém, não se deixam abalar, mantêm-se firmes e serenos. Distribuem suas forças a fim de defender-se da ofensiva inimiga. Sabem que é vantajoso evitar o contato com a tropa, ainda que devam fustigá-la e desmoralizá-la.

Os choques não tardam. Muitas patrulhas do Exército penetram na mata. Os guerrilheiros deslocam-se para setores previamente estabelecidos. E tentam algumas ações.

Nelito e seu grupo, com a participação de vários moradores, preparam uma emboscada contra as tropas. Os soldados, no entanto, não passam pelo sítio escolhido. Nelito e os demais dirigem-se, então, para a Transamazônica, procurando destruir uma ponte. A tentativa não tem êxito porque os instrumentos com que contam são pouco eficientes.

Osvaldo e mais dez companheiros organizam também uma emboscada. Permanecem mais de uma semana no local, atentos, mas os soldados não chegam. Retornam porque terminou o alimento que levaram.

Um grupo de três guerrilheiros, dirigido por Ari, realiza uma operação de fustigamento nas proximidades do Franco. Ataca corajosamente a tropa. Há intenso tiroteio e pânico entre os soldados. Retira-se sem sofrer baixas.

Dia 14 de outubro, Zecarlos, Alfredo, Nunes e Zebão morrem num encontro com o inimigo. Alfredo insistira para que o grupo fosse a uma roça apanhar dois porcos que criara a fim de aumentar as reservas alimentícias do destacamento. Zecarlos considera a operação perigosa, dizendo:

"Não vamos morrer pela boca".

Sabe que o Exército, desde o dia 7, tinha ocupado a roça de Alfredo e seguramente estaria emboscado nas imediações. Afinal, cede. Pegam os porcos, matam e limpam e quando vão retirar-se são metralhados.

Dia 24 de outubro, o Destacamento Elenira Resende, comandado por Piauí, sofre ainda outra baixa. Sônia é assassinada pelo Exército. Ela deixara o acampamento, à margem do rio Fortaleza, em companhia de um jovem do lugar, a fim de ir ao encontro de dois companheiros que chegariam a um ponto combinado às cinco horas da tarde. O comando lhe recomenda não seguir o caminho muito pisado. Mas ela não vê motivo para receio. Segue nesse rumo. Adiante, tira as botinas e deixa-a na "picada". Vai a um córrego, lava os pés e o rosto. Quando volta não vê as botinas. Pensa tratar-se de uma brincadeira. Chama baixinho pelo nome de um conhecido. Recebe uma descarga e cai ferida. A patrulha do Exército agarra-a violentamente e quer saber o seu nome. Ela responde, altiva:

"Sou uma guerrilheira que luta pela liberdade".

O militar retruca:

"Tu queres liberdade? Então toma..."

Desfecha-lhe mais tiros.

Dia 21 de novembro, três guerrilheiros do Destacamento C fustigam pequena tropa que passava por uma estrada na zona de São Geraldo. Matam um soldado, os outros debandam em completa desordem.

A 24 de novembro, Ari, bravo combatente do Destacamento C, é atingido por uma bala, próximo de uma grota. Seu corpo é achado pelos companheiros sem a cabeça. A soldadesca tinha-a decepado, talvez com vida, pois o tiro podia tê-lo apenas ferido.

Uns dias antes, em 15 de novembro, três guerrilheiros são atacados por uma patrulha quando apagavam rastros. Tiroteiam e escapam.

É dia de Natal, 25 de dezembro de 1973.

Um agrupamento guerrilheiro de uns 20 elementos aproxima-se da área do Destacamento Elenira Resende, por dentro da mata. Dele participam, entre outros, Mário e Joca que, seis anos atrás, nesse mesmo dia, desembarcavam no sítio Faveira. Dina e Luís ardem de febre com forte acesso de malária. O agrupamento acampa uma légua antes do local do encontro com esse destacamento. Sobrevoam aviões e helicópteros. São onze e meia da manhã. Ouve-se ligeiro estalido. Em seguida numerosa patrulha do Exército abre fogo contra os guerrilheiros. Estes respondem audazmente ao ataque. Trava-se intenso tiroteio, ocorrem baixas de lado a lado. Momentos após, descem helicópteros para apanhar mortos e feridos.

O inimigo continua investindo. Multiplica o número de patrulhas que penetram na mata. Algumas vezes segue um rastro falso e nada consegue; outras, choca-se com contingente de sua própria força. No lugarejo Brejo Grande, uma tropa do Exército é emboscada por soldados da Polícia Militar, pensando tratar-se de guerrilheiros. Tiroteiam, e quando verificam o engano, há mortos e feridos. Na área do Gameleira, também se desentendem forças do Exército, resultando em várias baixas. Em outra ocasião, por equívoco, um oficial é atingido mortalmente por seus próprios companheiros quando tomava banho numa grota. Muitos acidentes na floresta causam perdas às hostes governamentais.

As Forças Guerrilheiras do Araguaia decidem dispersar mais seus elementos e subdividi-los em grupos menores. As dificuldades são grandes. Mas não existe entre os combatentes nem sombra de desânimo. "Quaisquer que sejam as vicissitudes, não arriaremos nossa bandeira", continua sendo o seu lema. A causa que defendem é justa, mostram-se dispostos a ir até o fim. Se a morte chegar, outros muitos brasileiros amantes da liberdade ocuparão o lugar dos que tombarem. Mais cedo ou mais tarde.

Espalham-se por recônditos caminhos, saem do cerco, alcançam novos e distantes trechos da selva. Ninguém poderá aniquilá-los.

A 31 de março de 1975, Geisel fala, pela primeira vez, na guerrilha de Marabá-Xambioá. Já não pode manter o silêncio. Refere-se aos lutadores como sendo um núcleo de fanáticos. Fanático na linguagem de caserna é termo pejorativo, mas que esconde, na verdade, expressões como obstinado, relutante, indômito. Precisamente as qualidades dos que fazem a resistência armada no sul do Pará.

Filhos queridos do povo, patriotas da melhor estirpe, ousam desafiar as dificuldades, os reveses e os sacrifícios com o pensamento voltado para o Brasil livre do despotismo. Conquistam o respeito e a admiração das grandes massas populares. Viverão no coração de todos os que amam a liberdade e odeiam a opressão. Seus nomes permanecerão eternamente gravados no monumento de coragem e dignidade que erigiram com seu devotamento à causa do povo, com seu sangue e suas vidas.

Todo o apoio e solidariedades aos guerrilheiros do Araguaia!

Aprendamos de suas experiências magníficas, de seu indomável espírito revolucionário!

Início de janeiro de 1975.

O REGULAMENTO DE 32 ARTIGOS DAS FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA

I

"As Forças Guerrilheiras do Araguaia guiam-se pelo seguinte Regulamento Militar:

1. Combatente é todo integrante das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Não há distinção entre os combatentes a não ser pelas funções que exerçam.

2. Os combatentes ingressam volutariamente nas FGA, dispostos a orientar-se pelos seguintes princípios:

a — Estar disposto a enfrentar e vencer todas as dificuldades;

b — Estar decidido a lutar até a vitória final;

c — Estar resolvido a transformar-se num verdadeiro revolucionário.

3. O combatente deve elevar suas qualidades morais. Esforçar-se para:

a — Ter um estilo de vida simples e de trabalho duro;

b — Viver, pensar e combater como um lutador a serviço do povo;

c — Desenvolver a confiança em si mesmo e ser ao mesmo tempo modesto;

d — Cultivar permanentemente o espírito de iniciativa, audácia e responsabilidade;

e — Ser fraternal e solidário com os companheiros e com os integrantes do povo.

4. O combatente deve observar a mais estrita disciplina, que consiste em:

a — Obedecer sem vacilações às ordens do comando em todos os níveis;

b — Comprir os Regulamentos e Normas das FGA;

c — Exercer integralmente seu dever quando investido em funções de comando, não podendo renunciar às prerrogativas do cargo, nem delegar a outros seus poderes.

5. Os combatentes têm direito de:

a — Apresentar sugestões ao comando;

b — Criticar os companheiros nas questões oportunas, isto é, nas reuniões de Chefes de Grupo, tendo em vista o aperfeiçoamento da atividade militar e a elevação do espírito revolucionário.

6. O combatente tem o dever de:

a — Zelar permanentemente por seu armamento e equipamento, ter suas armas e munições em perfeitas condições de uso;

b — Cuidar continuamente de sua preparação militar, de seu estado físico e da elevação da sua consciência política;

c — Preocupar-se constantemente pela segurança do conjunto das FGA, observar sigilo, não revelar segredos e manter severa vigilância contra qualquer infiltração do inimigo.

II

7. O grupo constitui a unidade militar de base das Forças Guerrilheiras e é parte integrante do destacamento. Sua autonomia de ação é restrita, atuando sobre a base das ordens de comando do destacamento.

8. O grupo está composto de sete combatentes. Opera em ações militares de acordo com o conjunto, sobre a base das ordens do comando do destacamento.

9. O grupo se auto-abastece em tudo que se refere a sua alimentação.

10. O grupo é comandado por um chefe de grupo. As atribuições do chefe de grupo são:

a — Velar pela execução das ordens de comando do destacamento, pelo cumprimento dos Regulamentos e Normas;

b — Manter o grupo em condições de combate;

c — Comandar o grupo como unidade de combate, planejar a direção das operações militares de acordo com as ordens do comando do destacamento e atuar sob as ordens diretas do comandante;

d — Empenhar-se na manutenção de um elevado moral do grupo e em criar um ambiente de fraternidade entre os combatentes;

e — Dirigir, de acordo com as Normas e Planos Gerais, o treinamento militar do Grupo;

f — Exercer o controle das armas e munições do grupo, a fim de que se encontrem sempre em perfeito estado;

g — Supervisionar o abastecimento do grupo;

h — Reunir periodicamente os combatentes do grupo para fazer o balanço das atividades do mesmo, receber críticas e sugestões.

11. O chefe do grupo tem um substituto eventual, que ocupará o posto de chefe de grupo na ausência ou impedimento deste.

III

12. O destacamento é uma unidade militar das FGA, composta de três grupos, que dispõe de relativa autonomia e opera sob a direção da Comissão Militar.

13. O destacamento tem uma área determinada de operação.

14. O destacamento pode atuar isoladamente ou sob as ordens diretas da Comissão Militar em coordenação com outros destacamentos.

15. O destacamento tem sua própria logística.

16. O destacamento tem um comandante e um vice-comandante.

17. O comandante do destacamento, dentro das diretrizes da Comissão Militar, dos Regulamentos e Normas, possui pleno poder de decisão sobre todos os assuntos do destacamento. Suas atribuições são as seguintes:

a — Nomear e destituir chefes de grupo assim como seus substitutos eventuais;

b — Indicar entre os chefes de grupo o substituto eventual do comandante do destacamento para o caso em que surja impedimento do comandante ou do vice-comandante do destacamento;

c — Velar pela execução das ordens superiores e pelo cumprimento dos Regulamentos e Normas;

d — Manter o destacamento permanentemente em condições de combate;

e — Planejar ou dirigir as operações de combate do destacamento;

f — Planejar e controlar o treinamento militar do destacamento;

g — Cuidar da logística do destacamento em todos os seus aspectos;

h — Organizar o serviço de informações e comunicações na área do destacamento.

18. O vice-comandante do destacamento tem as seguintes atribuições:

a — Substituir o comandante do destacamento em sua ausência ou impedimento;

b — Exercer as funções de Comissário Político, empenhando-se no trabalho de elevação do nível político e da consciência dos combatentes, na manutenção de um alto moral no destacamento e a criação de um ambiente fraternal entre os camaradas;

c — Assessorar diretamente o comandante do destacamento militar, no planejamento e na execução das operações de destacamento.

IV

19. As Forças Guerrilheiras são constituídas pelos destacamentos que operam na região e são comandadas por uma Comissão Militar.

20. A Comissão Militar tem as seguintes atribuições:

a — Planejar, coordenar e dirigir as operações militares no conjunto da região;

b — Nomear ou destituir os comandantes ou vice-comandantes dos destacamentos;

c — Coordenar e controlar a preparação militar em todos os seus aspectos, das Forças Guerrilheiras;

d — Definir a área de operações das Forças Guerrilheiras e as zonas de operações de cada destacamento;

e — Coordenar e controlar toda a logística das Forças Guerrilheiras;

f — Organizar as reservas estratégicas no que se refere à logística;

g — Organizar e controlar o serviço de transportes e comunicações com os destacamentos;

h — Organizar e coordenar o Serviço de Saúde;

i — Organizar o serviço de informações.

21. A Comissão Militar é um órgão designado pelo Comitê Político da região guerrilheira e a ele su-

bordinado. A Comissão Militar submete à aprovação do Comitê:

a — sua atividade geral, inclusive os nomeamentos e destituições de comandantes e vice-comandantes dos destacamentos;

b — A criação de novas unidades ou a alteração na estrutura das forças guerrilheiras.

22. As ações mais importantes sobre o desenvolvimento da luta armada são tomadas pelo Comitê Político.

V

23. As Forças Guerrilheiras, além de sua atividade militar, realizam trabalho produtivo, tendo em vista a sua auto-sustentação.

24. O trabalho produtivo deve ser sempre planejado de modo a não prejudicar a atividade militar, sendo que, pelo contrário, buscando fortalecê-la.

VI

25. As relações entre os combatentes são democráticas e regidas por um alto espírito de camaradagem, solidariedade e respeito mútuo. Os combatentes tratam-se como companheiros. Cada combatente se esforçará não somente por cumprir integralmente suas obrigações, mas buscará, além disso, o êxito do conjunto.

VII

26. O combatente, em suas relações com o povo, deve observar o seguinte:

a — Conhecer os problemas das massas e ajudálas na medida do possível:

b — Respeitar a família, os hábitos e os costumes das massas;

c — Não tomar nada das massas, pagar o que se compra ou devolver o que se toma emprestado;

d — Não tratar as massas com arrogância;

e — Realizar a propaganda revolucionária entre as massas.

VIII

27. O comandante, no trato com os prisioneiros, deve obedecer às seguintes normas:

a — Não maltratar o prisioneiro, oferecer-lhe os alimentos e os medicamentos, no caso de estar ferido;

b — Revistar minuciosamente o prisioneiro e requisitar-lhe qualquer tipo de arma;

c — Identificar o prisioneiro e levá-lo frente ao chefe do grupo que procederá ao interrogatório preliminar;

d — Não permitir que o prisioneiro conheça todos os combatentes, locais e armamentos;

e — Não conversar com o prisioneiro, uma vez que apenas os encarregados do interrogatório poderão fazê-lo.

IX

28. As infrações à disciplina são qualificadas em leves, sérias e muito graves.

29. Em caso de infração leve, o comandante do destacamento faz ao combatente uma advertência particular ou diante do grupo ao qual pertença o infrator.

30. Em caso de infração séria, o comandante do destacamento critica o infrator diante dos demais combatentes e aplica uma pena que sirva para fazê-lo compreender o erro cometido.

31. Em caso de infração muito grave, o comandante do destacamento transfere a questão para a Justiça Militar Revolucionária.

X

32. As Forças Guerrilheiras têm seu hino, suas formas de saudação, suas bandeiras e seus estandartes.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA
BRASIL, meados do ano de 1973"

O PROGRAMA DE 27 PONTOS DA ULDP — UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO

"A União do Povo do interior deve fazer-se partindo de suas reivindicações mais sentidas e mais imediatas. Que deseja o homem do interior? Quais são os problemas que mais o afetam? Ele quer:

1 — Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse.

2 — Combate à grilagem, com castigo severo a todos que grilarem terras.

3 — Preços mínimos compensatórios para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos que estão em vigência nos grandes mercados de consumo. Criação de Distribuidoras do Estado, que adquirem por preço fixado todos os produtos que lhe sejam oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com uma pequena margem de lucro, e também a prazo, adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc.

4 — Facilidades para o deslocamento da produção através de diferentes meios de transportes, e financiamento ao lavrador para compra de animais.

5 — Proteção à mão-de-obra dos que trabalham nos castanhais, na extração da madeira ou nas gran-

des fazendas. O castanheiro deve receber por hectolitro de castanha cortada um preço que seja, pelo menos, um terço do fixado pelo governo para a cidade de Marabá. O hectolitro deve ser de 6 latas de parafina, sem cálculo e sem arredondar as latas. O preço das mercadorias vendidas nos armazéns não pode exceder em muito o preço corrente nas cidades e povoados próximos. O pagamento ao castanheiro deve ser realizado no local de trabalho. Os trabalhadores da exploração da madeira ou das grandes fazendas devem receber seus salários em dinheiro no final de cada mês, não sendo permitido o pagamento de salários em espécie ou bagulhos.

6 — Assegurar aos "garimpeiros" o direito de trabalhar livremente e a regulamentação de sua atividade, impedindo que seja explorado na venda dos bens obtidos em seu trabalho.

7 — Liberdade de caça e pesca para sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais por eles mortos para seu próprio consumo. A matança generalizada de caça com o único objetivo de comercializar as peles deve ser proibida.

8 — Liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu.

9 — Redução dos impostos que recaem sobre o trabalho da terra e sobre o pequeno comércio. Os pequenos e médios lavradores não devem pagar nenhum imposto ou taxa ao INCRA. Liquidação do sistema de multas dos serviços de impostos e da cobrança de impostos com o auxílio da polícia.

10 — Direito de todo lavrador ou trabalhador da selva possuir sua arma de caça e de defesa pessoal.

11 — Assistência médica por meio de postos instalados em zonas e distritos e também de postos ambulantes montados sobre embarcações e caminhões.

Serviço médico gratuito, para as doenças endêmicas, e pago a preços módicos, para as doenças evitáveis, como a sífilis. Combate sistemático e eficaz à malária e à verminose.

12 — Criação de escolas nos povoados, nas margens dos grandes rios, nas proximidades de várias plantações, com doação do material escolar. Construção de internatos para crianças que vivem longe das escolas, com cursos de 8 a 10 meses de duração.

13 — Fim das arbitrariedades da polícia contra o povo. A polícia não pode cobrar suas diligências, autorização para festas, as prisões, não pode prender ninguém sem motivo plenamente justificado. Não tem direito a bater nos presos, nem tirar armas, animais, instrumentos de trabalho ou objetos de utilização do homem do interior. Os policiais estão obrigados a manter uma atitude de respeito com o lavrador e sua família, como também em relação às mulheres.

14 — Casamento civil e registro de nascimento gratuitos.

15 — Proteção à mulher. Em caso de separação do marido ou companheiro a mulher tem direito a uma parte da produção e dos bens domésticos, de acordo com o trabalho desenvolvido, direta ou indiretamente, para a obtenção ou produção desses bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos para formar novas parteiras ou melhorar os conhecimentos técnicos das que já trabalham na região, com o objetivo de garantir uma melhor assistência às mulheres grávidas.

16 — Trabalho, instrução e educação física para a juventude. Estímulo ao desenvolvimento do esporte, com a construção de campos de futebol e de basquete, pistas de atletismo e outras iniciativas. Ajuda à criação de clubes, centros recreativos e culturais e à construção de suas sedes.

17 — Respeito a todos os religiosos, não sendo permitida a perseguição a qualquer pessoa por motivos de prática religiosa, inclusive de quem professa a pagelância, o terecô (religiões da região), o espiritismo, sempre que esta prática não cause danos ao indivíduo.

18 — Liberdade para reunir-se, discutir seus problemas, criticar as autoridades, exigir seus direitos, organizar suas associações e eleger, sem pressão de nenhum tipo, seus representantes.

19 — Criação de Comitês Populares, eleitos diretamente pelo povo, para administrar os distritos e povoados, orientar as iniciativas que têm relação com a coletividade e resolver as desavenças surgidas entre os habitantes. Os Comitês estabelecem, de comum acordo com o povo, as normas de proteção à plantação, contra a invasão de gado, porcos e outros animais, assim com orientam a maneira de criá-los sem causar prejuízo aos interesses coletivos.

20 — Eleição livre do prefeito e de um Conselho Administrativo nos municípios, assim como de Comitês Populares nos bairros das cidades.

21 — Emprego de boa parte dos impostos arrecadados nos municípios para o desenvolvimento das cidades e povoados. O Governo Federal e o Governo Estadual de cada Estado devem ajudar aos municípios na construção de estradas, pavimentação de ruas, instalação de luz e água, manutenção de escolas e execução de serviços médicos.

22 — Elaboração de planos de urbanização e desenvolvimento em todas as cidades. Facilidades para a construção de casas, estímulo à criação de bibliotecas e radioemissoras locais, sem que seja necessário nenhuma permissão das autoridades para seu funcionamento.

23 — As terras do Estado abandonadas e localizadas nas proximidades dos povoados e pequenas cidades devem ser distribuídas anualmente entre os habitantes, para que sejam cultivadas por um ano.

24 — Aproveitamento racional das grandes áreas não cultivadas em torno das cidades e povoados para a criação de granjas e plantações rentáveis, com o objetivo de garantir trabalho e meio de vida à população da região.

25 — Defesa da terra dos índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do Governo aos indígenas.

26 — Obrigação de reflorestamento e aproveitamento total das árvores derrubadas na exploração de madeira em larga escala. O benefício da madeira deve ser feito na região para incentivar seu progresso. A madeira existente em cada área determinada de terra pertence ao posseiro.

27 — Respeito à propriedade privada que não ocasione prejuízo à coletividade. Apoio às iniciativas privadas de caráter progressista, à pequena e média indústria e ao artesanato.

A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, surgida para unir as amplas massas, crê que esses 27 pontos sintetizam as reinvindicações mais sentidas e imediatas do homem desta região. Incluem tudo que ele deseja e tem direito. Representam, contudo, o mínimo exigido por ele nas condições atuais. Por isso a ULDP considera que este é um programa em defesa dos pobres e pelo progresso do interior. Em torno dele se unirá o povo sofrido: os lavradores, os castanheiros, os vaqueiros, os garimpeiros, os peões, os barqueiros, os que trabalham na madeira e na quebra de babaçu, os pequenos e médios comerciantes, enfim, todos os que querem o progresso da região e a facilidade de seus habitantes.

É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados, humilhados e explorados. A Revolução abrirá o caminho para uma nova vida.

Até hoje, o povo foi tratado como escravo. Chegou o momento de levantar-se para varrer os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil."

DIÁRIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

APRESENTAÇÃO DE CLÓVIS MOURA

"A guerrilha do Araguaia, que ficou durante tanto tempo como uma das **áreas proibidas** da nossa história atual, não pode mais ser negada. Cabe, portanto, a todos aqueles que vêem na História um instrumento de transformação social procurar interpretá-la, situá-la social e historicamente para que a sua experiência possa servir dinamicamente àqueles que estão fazendo política no Brasil." É assim que o sociólogo Clóvis Moura, em sua apresentação ao **Diário da guerrilha do Araguaia,** justifica a importância de mais este lançamento da Editora Alfa-Omega, que pretende constituir-se em "material de análise e meditação para todos os homens que pensam politicamente no Brasil".

O livro reproduz um documento escrito em 1975 pelos dirigentes das Forças Guerrilheiras do Araguaia, que relata "a história resumida de um período da luta guerrilheira." Trata-se, portanto, de um texto saído "de dentro" da guerrilha, elaborado pelos homens que efetivamente combateram, entre 1972 e 1974, na região paraense de Xambioá-Marabá. Um texto até agora absolutamente inédito que, nesta edição, é complementado com o "Programa de 27 pontos" da ULDP — União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo —, uma organização de direção política do movimento, e pelo "Regulamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia".

A importância política do episódio de Xambioá-Marabá e o interesse da opinião pública acerca do movimento guerrilheiro tornam o **Diário da guerrilha do Araguaia** um lançamento extremamente oportuno para todos os que se preocupam com a discussão da História recente do país e com a proposição dos novos caminhos políticos nacionais.